



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência



Relatório de Atividades
2011-2013

DIRETORIA SBPC - 2011-2013

Presidente: Helena Bonciani Nader

Vice-presidentes: Ennio Candotti e Dora Fix Ventura

Secretária-geral: Rute Maria Gonçalves de Andrade

Secretários: Edna Maria Ramos de Castro, Maria Lucia Maciel e José Antonio Aleixo da Silva

1º Tesoureiro: José Raimundo Braga Coelho (julho/2011 a maio/2012), Regina Pekelmann Markus

2º Tesoureiro: Adalberto Luis Val (julho/2011 a maio/2012) e Walter Colli

CONSELHO

MEMBROS EFETIVOS

Ennio Candotti
José Goldemberg
Marco Antonio Raupp
Sérgio Henrique Ferreira
Warwick Estevam Kerr

MEMBROS ELEITOS

ÁREA A

Alfredo Wagner Berno de Almeida (2009-2013)
José Luiz Martins do Nascimento (2009-2013)
Maria Célia Pires Costa (2009-2013)
Marilene Correa da Silva Freitas (2011-2015)

ÁREA B

Armenio Aguiar dos Santos (2009-2013)
Ascendino Flavio Dias e Silva (2009-2013)
Carlos Alberto Caroso Soares (2011-2015)
Lucia Carvalho Pinto de Melo (2011-2015)

ÁREA C

Lauro Morhy (2009-2013)
Ana Maria Bonetti (2011-2015)
Jaime Martins Santana (2011-2015)

ÁREA D

Nelson Maculan Filho (2009-2013)
Ildeu de Castro Moreira (2011-2015)
Roberto Lent (2011-2015)

ÁREA E

Bela Feldman-Bianco (2012-2013)
em substituição a Regina Pekelmann Markus
Luiz Eugenio Araújo de Moraes Mello (2012-2013)
em substituição a Walter Colli
Etelvino José Henriques Bechara (2011-2015)
Lisbeth Kaiserlian Cordani (2011-2015)

ÁREA F

Araci Asinelli da Luz (2009-2013)
Fernando Claudio Zawislak (2009-2013)
Miguel Pedro Guerra (2009-2013)
Silvia Helena Koller (2011-2015)

SECRETÁRIOS REGIONAIS

Maranhão

Luiz Alves Ferreira

Pará

Carlos Augusto Cordeiro Costa

Bahia

Nelson de Luca Pretto

Ceará

Armenio Aguiar dos Santos (em substituição a Claudia Linhares)

Pernambuco

Rejane Jurema Mansur Custodio Nogueira

Distrito Federal

Ana Lucia Eduardo Farah Valente

Minas Gerais

Andrea Mara Macedo

Rio de Janeiro

João Ramos Torres de Mello Neto

Paraná

Marcos Cesar Danhoni Neves

Seccional Curitiba

Claudio Antonio Tonegutti

Rio Grande do Sul

Maira Baumgarten

SUMÁRIO

Apresentação	3
Introdução	5
História	9
Atuação no Legislativo	13
Representação em conselhos e comissões	31
Sócios e Associadas	35
Reuniões Anuais e outros eventos	39
Relações Internacionais	47
Parcerias Institucionais	49
Publicações	51
Presença nos meios de comunicação	53
Gestão financeira	55
Galeria	57

Apresentação



A iniciativa de produzir este relatório de atividades da SBPC tem o objetivo de tornar público o trabalho desenvolvido pela entidade ao longo do período, o que pretendemos tornar uma prática. A prestação de contas tem sido exercida pela SBPC ao longo de seus 65 anos de história, sobretudo por meio de relatórios apresentados ao Conselho, aos sócios e associadas durante as assembleias gerais realizadas nas Reuniões Anuais. Os veículos de comunicação produzidos pela SBPC, como o Jornal da Ciência, o boletim eletrônico JC-Email e o site institucional também são utilizados para a divulgação das nossas ações para um maior conhecimento da sociedade.

Pela primeira vez tomamos a decisão de reunir em uma só publicação os principais fatos da história da SBPC ao longo de um período que compreende a gestão de nossa diretoria. Para o público é uma oportunidade de conhecer mais de perto o trabalho que temos procurado realizar sistematicamente em defesa da educação, ciência e tecnologia no Brasil. Para nós, da comunidade científica e acadêmica, é um relato mais objetivo do que temos feito como representantes dos interesses da área. E para a própria SBPC é uma maneira de organizar e ter uma visão de conjunto sobre nossas ações, não raro intensas e diárias, para atender às inúmeras demandas que nos chegam dos sócios e associados. É, ainda, um registro histórico que nos permite um olhar mais crítico sobre a coerência e validade de nossas ações e lutas perante a sociedade.

Olhando para trás esse período ainda tão recente, vemos que não são poucos e nem fáceis os desafios a enfrentar. A começar pela educação, o Brasil ainda está em grande débito com sua população na oferta de um ensino universal e de qualidade, desde o ensino básico até o superior. A educação, que é a base de todo o desenvolvimento intelectual, social e econômico do indivíduo e da sociedade, é também o sustentáculo de um sistema sólido e avançado de ciência, tecnologia e inovação no país. Jovens bem formados podem tornar-se bons cientistas, professores e pesquisadores. No campo da ciência e tecnologia, os desafios incluem a vigilância constante para garantir que os recursos públicos alocados para o setor sejam mantidos, ampliados e bem aplicados. Agimos ainda, cada vez com maior firmeza e persistência, nas ações do Poder Legislativo em pautas pertinentes à educação, ciência e tecnologia.

Esperamos que este Relatório, por meio da exposição das atividades da SBPC, possa apresentar aos leitores alguns dos principais caminhos e escolhas feitas pelo País nas políticas públicas de ciência e tecnologia atuais.

Helena Nader – Presidente da SBPC

Introdução



A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) é uma entidade civil, sem fins lucrativos ou posição político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Desde sua fundação, em 1948, exerce um papel importante na expansão e no aperfeiçoamento do sistema nacional de educação, ciência e tecnologia, bem como na difusão e popularização da ciência no País.

Sediada em São Paulo, a SBPC está presente nos demais estados brasileiros por meio de Secretarias Regionais. Possui cerca de 105 sociedades científicas associadas e mais de 6 mil sócios ativos, entre pesquisadores, docentes, estudantes e cidadãos brasileiros interessados em ciência e tecnologia.

A SBPC participa ativamente de debates sobre questões que determinam os rumos das políticas de C&T e da educação no Brasil. Tem assento permanente no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), órgão consultivo do Governo Federal para definição das políticas e ações prioritárias no campo da C&T. Possui representantes oficiais em mais de 20 conselhos e comissões governamentais em nível federal. Periodicamente institui grupos de trabalhos – compostos por cientistas renomados em suas especialidades – com o objetivo de estudar e apresentar propostas para questões específicas de interesse nacional.

Anualmente realiza diversos eventos, de caráter nacional e regional, com o objetivo de debater políticas públicas de C&T e difundir os avanços da ciência. Por meio das Secretarias Regionais, são realizadas ainda outras atividades de difusão científica. A entidade também contribui para o debate permanente das questões relacionadas à área por meio de diversas publicações, como o Jornal da Ciência, a revista Ciência e Cultura, o site, e a edição de livros sobre temas diversos relacionados à ciência brasileira.

Gestão

A gestão da SBPC é exercida por três instâncias principais, que são a Diretoria, o Conselho e a Assembleia Geral. A Diretoria é constituída pelo presidente, dois vice-presidentes, um secretário-geral, três secretários, um primeiro e um segundo tesoureiros, eleitos bianualmente pelos associados, nos termos do Estatuto e do Regimento.

A Assembleia Geral dos associados é a instância máxima de deliberação da entidade e é soberana em suas decisões.

Sobre o Relatório de Atividades - julho de 2011 a junho de 2013

Durante o período compreendido por este Relatório de Atividades, que apresenta conteúdo qualitativo das ações da SBPC, alguns tópicos destacam-se por sua relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico, assim como por sua importância para a sociedade brasileira. As ações devem-se, em boa parte, a um incremento das iniciativas da SBPC junto ao Poder Legislativo, já que a instituição passou a exercer um trabalho mais intenso no acompanhamento de projetos de lei, presença em audiências públicas, manifestações e reivindicações dirigidas a parlamentares, pela SBPC unicamente, ou em conjunto com outras entidades. Toda a mobilização sempre direcionada a buscar resultados que favoreçam a educação, a ciência, a tecnologia e a inovação.

Entre as ações empreendidas junto ao Legislativo as que ocuparam grande parte do tempo e energia da SBPC incluem: o novo código florestal brasileiro e o direcionamento dos royalties do petróleo e do pré-sal para a educação, ciência e tecnologia. Além das atividades desenvolvidas pelo grupo de trabalho criado pela SBPC e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC), que resultou na publicação de dois livros, a diretoria participou de audiências públicas, reuniões com parlamentares envolvidos no projeto do Código Florestal, enviou

cartas à presidente da República e ministros, escreveu artigos, e concedeu entrevistas à imprensa. No entanto, a lei do novo Código Florestal Brasileiro, promulgada em 2012, não atendeu às principais expectativas da comunidade científica e dos ambientalistas de diversas organizações.

Outra questão preocupante relacionada com a disponibilidade de recursos para a ciência, tecnologia e inovação, é a ameaça da extinção dos recursos dos royalties do petróleo. A gravidade da extinção dos recursos dos royalties do CT-Petro está no prejuízo causado ao esforço do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) de ampliar e tornar mais estáveis os recursos disponíveis para a pesquisa e o fomento tecnológico no país. Há um esforço significativo no sentido de convencer o Governo Federal e o Poder Legislativo sobre a importância de direcionar os royalties do petróleo e do pré-sal para a educação, ciência e tecnologia. Essa luta continua na agenda da SBPC.

Apesar dessas preocupações e lutas, que têm sido constantes na história da SBPC, a instituição comemorou alguns trunfos no período.

Em junho de 2012, após 18 meses de tramitação, a Câmara aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). A proposta, aprovada por unanimidade, inclui uma meta de investimento de 10% do produto interno bruto (PIB) em educação, a ser alcançado no prazo de dez anos. A SBPC considera esta uma grande vitória de uma luta da qual teve a honra de participar diretamente.

Ainda no campo da educação, outra grande conquista foi a derrubada do projeto de lei no. 220, de 2010, que tramitou no Congresso, e cujo teor extinguiu a exigência de titulação de mestre e doutor para docentes de universidades. A SBPC considera que reduzir as exigências com a qualificação dos professores universitários seria reduzir a qualidade do ensino e desrespeitar a sociedade.

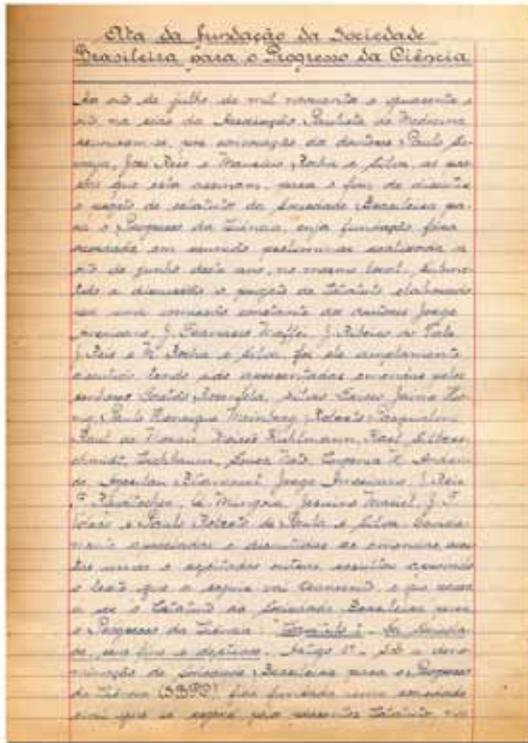
Mais duas conquistas salutaras foram a entrega do Prêmio Muriqui 2012, recebido pela SBPC durante a RIO+20 do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - uma das principais homenagens às ações ambientais no país. O prêmio desse ano foi entregue à SBPC, na categoria pessoa jurídica, em reconhecimento ao papel da instituição nas discussões sobre o código florestal.

E, no campo das relações internacionais, a participação da SBPC no *Steering Committee* (comitê de coordenação) do Fórum Mundial de Ciências que acontecerá em 2013 no Rio de Janeiro, pela primeira vez fora de Budapeste, na Hungria. Fazem parte do Fórum a Academia Brasileira de Ciências (ABC), Unesco, ICSU (International Council for Science), AAAS (American Association for the Advancement

of Science), TWAS (Third World Academy of Science), e outras academias. Em fevereiro de 2013 passou a integrar o *Liaison Group of the Associations for the Advancement of Science* (Grupo de Ligação das Associações para o Progresso da Ciência), constituído por iniciativa da Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS), em reunião realizada em Boston, EUA

As ações e lutas da SBPC nem sempre alcançam o sucesso desejado, que atendam aos interesses maiores da sociedade brasileira. No entanto, é inegável que muito do que se conquistou no campo da ciência, tecnologia e inovação no país deve-se, em grande parte, à mobilização da comunidade científica e acadêmica. Portanto, a SBPC e as associações afiliadas que representa tem plena convicção da necessidade permanente de continuar cumprindo com sua missão a favor de um desenvolvimento científico e tecnológico que atenda às demandas de melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros.

História



Ata de Fundação da SBPC – 8 de julho de 1948 (Acervo SBPC)

A história da SBPC está profundamente imbricada ao processo de evolução social, político e econômico brasileiro das últimas seis décadas. O marco de criação dessa trajetória foi 8 de julho de 1948, quando um grupo de cientistas, reunido no auditório da Associação Paulista de Medicina, decidiu fundar uma Sociedade para o Progresso da Ciência, nos moldes das que já existiam em outros países. O primeiro passo foi eleger uma comissão para redigir o estatuto, aprovado naquele dia 8 de julho. A Ata de Fundação contava com a assinatura de 265 sócios e desde então esse número tem crescido continuamente.

Na mesma reunião que aprovou o estatuto, foi eleita uma comissão executiva provisória para dirigir a nova Sociedade até as eleições gerais e posse de sua primeira diretoria e seu primeiro conselho. As eleições aconteceram no dia 8 de novembro do mesmo ano, quando o advogado e promotor público paulista Jorge Americano (1891-1969) tomou posse como primeiro presidente da SBPC, para um mandato que se estendeu até 1951. Como vice-presidente foi eleito o médico e farmacologista Maurício Oscar da Rocha e Silva (1910-1983). O médico e divulgador da ciência

José Reis (1907-2002) assumiu como secretário geral, e o médico Paulo Sawaya (1903-1995), como tesoureiro.

Um dos fatos que provocou a decisão dos cientistas foi que nesse ano o então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, decidiu limitar a atividade do Instituto Butantan à produção de soros antiofídicos, praticamente eliminando a pesquisa básica ali desenvolvida, ato que causou a indignação dos cientistas. Isso ocorreu numa época em que o Brasil se mobilizava para galgar um espaço internacional independente e mais autônomo. Interessante que no ano anterior, em 1947, São Paulo iniciara essa política, inserindo na constituição estadual paulista o percentual de 0,5% da arrecadação para a pesquisa científica (aumentada para 1% na constituição estadual de 1989). No cenário internacional vivia-se um momento da história da humanidade marcado pelo fim da segunda guerra mundial, e por todo o planeta as nações tomavam consciência da necessidade imprescindível de incentivar a ciência para promover o desenvolvimento social e econômico.

Já no ano seguinte, em 1949, a recém-criada SBPC realizou sua

1ª Reunião Anual, de 11 a 15 de outubro, em Campinas (SP). Houve 104 pessoas inscritas, com apresentação de 86 trabalhos, dos quais 64 eram contribuições originais, 17 constituíam revisões sobre temas importantes da época e cinco foram conferências de caráter geral, proferidas por cientistas renomados. Também nesse ano, em abril de 1949 foi lançada a revista *Ciência e Cultura*, publicada até hoje.



Palestra de Oscar Sala na 10ª Reunião da Sociedade Brasileira de Física, que ocorreu dentro da 28ª Reunião Anual da SBPC – São Paulo, 1958 (Acervo SBPC)

Os anos iniciais da SBPC, que podem ser caracterizados como a 1ª fase de sua história, coincidem com o reconhecimento e a institucionalização da ciência no Brasil, com a criação pelo governo federal de organizações como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 1951), e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, 1951). Essa última criada pelo educa-

dor e jurista Anísio Teixeira, que posteriormente cumpriu dois mandatos como presidente da SBPC (1955 a 1959). Essas organizações, aliadas a uma rede de instituições de ensino superior que se estruturava, e ao fortalecimento da comunidade científica, que aos poucos permitiram ao País demonstrar a capacidade de produzir e utilizar conhecimento científico e tecnológico.

A 2ª fase marcante da SBPC tem início em meados da década de 1960, quando a entidade passou a exercer um papel fundamental de resistência durante os 20 anos de governo militar (1964 – 1985), sobretudo manifestando-se contra perseguições a professores, pesquisadores e estudantes, e a interferências nos sistemas educacional e científico, que pudessem ferir a autonomia das universidades.

Nesse período a SBPC funcionou como praticamente o único fórum democrático de debates sobre os rumos do país e de crítica ao governo militar. Suas reuniões anuais eram um dos raros espaços para discussões de qualquer natureza, num regime político fechado e autoritário. Uma das mais marcantes ocorreu em 1977, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Inicialmente prevista para ser realizada na Universidade Federal do Ceará (UFC), a 29ª Reunião Anual da SBPC foi proibida pelo governo militar. O então presidente, o físico Oscar Sala, e outros cientistas tentaram realizá-la na

Universidade de São Paulo (USP), mas o local também foi vetado. Por fim, graças à atitude firme do cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, então arcebispo metropolitano de São Paulo, que desafiou o regime militar e disponibilizou as instalações da PUC, o evento foi realizado.

Com suas lutas e posição contrária à ditadura, a SBPC ganhou notoriedade pública na época e viu seu número de sócios crescer de maneira expressiva naquele período de autoritarismo. As reuniões também passaram a atrair milhares de participantes e a atenção dos meios de comunicação. Paradoxalmente, deve-se mencionar que durante o governo militar foram criadas organizações que vieram a impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 1972) e a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer, 1971).

Com a redemocratização do país a partir de 1985, a entidade voltou-se aos poucos para seus objetivos iniciais e permanentes: estimular o trabalho em defesa da ciência e da educação de qualidade; articular as pesquisas com os problemas de interesse geral do país; facilitar a cooperação entre os cientistas; aumentar a compreensão do público em relação à ciência e à tecnologia. Os novos ares da abertura política que possibilitam espaço crescente para a atividade científica e sua visibilidade, caracterizam a 3ª fase da história da SBPC.



29ª Reunião Anual da SBPC – PUC – São Paulo, julho de 1977 (Acervo SBPC)

Em maio de 1985 a Sociedade divulgou o documento denominado “Algumas considerações sobre a política científica e tecnológica no novo governo”, em que manifesta a necessidade de acesso de toda a sociedade nas discussões sobre a política científica nacional. No mesmo ano foi criado o atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT&I), reivindicação recorrente da comunidade científica, que propiciou o fortalecimento do sistema nacional de C&T.

No entanto, entre 1989 e 1992, o Ministério foi enfraquecido pelo governo federal diversas vezes, rebaixado a secretaria ou absorvido por outro ministério. Em 1990 o presidente Fernando Collor extingue o Ministério, transforma-o em secretaria, e dá início ao que poderia se transformar em um devastador desmonte do sistema de ciência e tecnologia no país. A SBPC e diversas entidades brasileiras reagem fortemente, e publicam



Cartaz que circulou durante a 37ª Reunião Anual com o tema "Ciência e Tecnologia para um Brasil Democrático" - Belo Horizonte, julho de 1985 (Acervo SBPC)

em jornais de grande circulação um manifesto em defesa da C&T. Em 1992, o então presidente Itamar Franco editou medida provisória que voltou a criar o Ministério, que permanece como pasta da área até hoje, graças a uma luta atenta e constante da comunidade científica.

Desde meados da década de 1990, apesar de inegáveis desafios a enfrentar, a SBPC e a comunidade científica brasileira ingressam em um período de consolidação do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação no país. Programas de pós-graduação de qualidade, instituições de pesquisa e desenvolvimento, e fundações de amparo à pesquisa na maior parte dos estados brasileiros, levaram a um consequente papel de destaque da ciência brasileira

no cenário internacional. Porém, é inegável que nesta 4ª fase da história da SBPC, que chega à atualidade, são muitos e vultosos os desafios a enfrentar. Questões como a oscilação nos volumes de investimentos públicos para o setor, a situação insatisfatória das universidades federais, as dificuldades permanentes enfrentadas na carreira docente, em todos os níveis, têm sido pauta constante nas reuniões anuais e em todos os fóruns ocupados ou frequentados por ela.

A SBPC participou ativamente de todos esses momentos. E está ciente que ainda há um longo caminho a percorrer para que a ciência, a tecnologia e a inovação desenvolvidas no País passem a influir diretamente na qualidade de vida e bem estar da sociedade brasileira.



Atuação no Legislativo

Um período de intensa atuação junto ao Poder Legislativo, como na audiência da presidente da SBPC, Helena Nader, com o deputado federal Marco Maia, que recebe o livro “O Código Florestal e a Ciência: Contribuições para o Diálogo”

Em julho de 2011, a SBPC iniciou atuação mais intensa e sistemática no Congresso Nacional, com o objetivo de acompanhar e participar ativamente da construção das políticas de ciência, tecnologia, inovação e educação, bem como de outras áreas de interesse para a sociedade brasileira. A ação da SBPC no Legislativo constitui-se, principalmente, no acompanhamento de possíveis impactos sociais e as consequentes implicações estratégicas advindas das leis e políticas de ciência, tecnologia e educação.

O engajamento da comunidade científica nas atividades do Poder Legislativo se inicia com a identificação, acompanhamento e análise das proposições de interesse que tramitam no Con-

gresso Nacional, bem como das lacunas existentes. Esse primeiro passo permite a definição de prioridades e de estratégias de ação para a construção de uma agenda legislativa de ciência, tecnologia, inovação & educação.

A aproximação com o Congresso Nacional se dá, sobretudo, por meio da participação em reuniões, debates e audiências públicas, além de subsidiar, com informações técnico-científicas, as diversas Comissões e Frentes Parlamentares da Câmara dos Deputados e Senado Federal nas tomadas de decisão. A SBPC tem se posicionado em relação a projetos considerados prioritários para o meio acadêmico e científico, por meio de cartas, manifestos, atos públicos e a participação em debates e audiências públicas.

Principais temas de interesse

Os principais temas e proposições acompanhadas e trabalhadas pela SBPC no período compreendido por este relatório foram:

1. Recursos dos royalties do petróleo para educação, ciência e tecnologia
2. Código Florestal
3. Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
4. Cotas nas Universidades Federais
5. Plano de carreira do magistério público federal
6. Titulação para acesso ao magistério superior
7. Plano Nacional de Educação
8. Revalidação automática de diplomas
9. Fundo patrimonial nas Instituições Federais de Ensino Superior



Rafael Lucchesi (CNI), dep. Newton Lima (PT-SP), ministro Aloizio Mercadante, Helena Nader, Jacob Palis (presidente da ABC), sen. Rodrigo Rollemberg, João Luiz Martins (presidente da Andifes) – 29.09.13 (Foto: Larissa Ponte/Agência Câmara)

10. Empresa pública para a gestão da pesquisa com biodiversidade
11. Marco civil da Internet
12. Código Penal

1. Recursos dos royalties para educação, ciência e tecnologia

A discussão sobre os royalties do petróleo, da partilha entre os entes da Federação e a destinação dos recursos, vem desde o encaminhamento de projeto de lei sobre o teor pela Presidência da República, em dezembro de 2010. Em novembro de 2012, após inúmeras alterações, o projeto foi transformado na Lei 12.734/12, que definiu os recursos do Fundo Especial, destinados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, mas não tratou da destinação dos recursos do Fundo Social, da União. E são esses os principais recursos que a SBPC pleiteia para investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação. Após tentativa de suprir as lacunas por meio de medida provisória, sem sucesso, o governo federal encaminhou, com urgência constitucional, um Projeto de Lei para tratar da destinação de 100% dos recursos dos royalties e da participação especial para exclusivamente para a educação.

Posicionamento

Desde o início, a SBPC, em conjunto com a Academia Brasileira de Ciências (ABC), defende que parte expressiva dos royalties

do petróleo sejam destinados para investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), por entender que este é um assunto de grande relevância para o desenvolvimento do país. A pulverização de recursos certamente não levará a avanços sociais e econômicos significativos. A SBPC entende que os recursos provenientes dos royalties devem ser utilizados para melhorar a qualidade do ensino público e dotar as instituições de pesquisa e empresas das condições necessárias para promover a inovação tecnológica. Considerando que as reservas do pré-sal são finitas, os recursos de sua exploração devem ser empregados no desenvolvimento social e econômico de todo o país.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 448/2011 foi aprovado, por votação simbólica, no dia 19 de outubro, sem levar em conta as reivindicações da SBPC e da ABC. O Projeto exclui os recursos destinados ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e boa parte desses para o Fundo Setorial CT-Petro. O CT-Petro é um dos 16 fundos setoriais geridos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), criados a partir da década de 1990, para garantir investimentos sólidos e permanentes nas áreas de CT&I. A ironia disto é que o pré-sal só foi descoberto porque o Brasil (Petrobrás, institutos de pesquisa e universidades) investiu em

ciência, tecnologia e inovação.

Já o PL 2565/2011 definiu 15 áreas para receberem recursos dos royalties do petróleo. A questão é que a dispersão dos recursos não vai resolver os problemas das áreas contempladas e muito menos promoverá avanços sociais e/ou econômicos no País como um todo. Em relação a esse projeto, a SBPC e a ABC reforçaram sua posição, propondo que os recursos dos royalties destinem pelo menos 50% do Fundo Social da União, para educação, ciência, tecnologia e inovação. Dos recursos dos royalties de partilha destinados aos Estados, Municípios e Distrito Federal, propõe-se que 30% sejam destinados para educação, ciência, tecnologia e inovação. E que as receitas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Marinha provenientes dos royalties dos atuais Contratos de Concessão sejam retomadas.

Ações

- 09/09/2011 - SBPC e ABC enviam carta à Ministra Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, informando sobre o apoio à proposta de relatoria do PL 8051/2010, que restitui recursos do MCTI e Ministério da Defesa.
- 24/10/2011 - SBPC e ABC enviam carta aos Deputados federais para reafirmar a posição quanto a destinação dos recursos dos royalties do petróleo para educação, ciência e tecnologia.
- 31/10/2011 - SBPC envia carta

aos Senadores e Deputados federais defendendo que parte dos royalties do petróleo seja destinada à educação e à ciência, tecnologia e inovação.

- 07/11/2011 - SBPC realiza ato público em defesa de recursos dos royalties para educação e CT&I.
- 29/11/2011 - SBPC apresenta manifesto em ato público em favor da destinação de recursos dos royalties do pré-sal para educação, ciência, tecnologia e inovação.
- 15/03/2012 - SBPC e ABC encaminham carta ao Deputado Carlos Zarattini, relator do PL 2565/2011, solicitando que parte dos royalties seja usada nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação.
- 09/05/2012 - SBPC apresenta Manifesto em Ato Público em defesa de recursos dos royalties para educação, ciência e tecnologia.
- 14/05/2012 - SBPC e ABC encaminham carta ao Deputado Carlos Zarattini (PT/SP), relator do PL 2565/2011, solicitando que considere em seu relatório a destinação de parte dos recursos dos royalties oriundos do pré-sal para pesquisa científico-tecnológica e educação.
- 16/05/2012 - SBPC apresenta manifesto em defesa de recursos dos royalties do petróleo para educação, ciência, tecnologia e inovação, na Câmara dos Deputados.
- 25/10/12 - ABC e SBPC enviam carta ao Deputado



Deputado Newton Lima (presidente da Comissão de Educação) em evento sobre a destinação de 50% dos recursos do pré-sal para investimentos em educação pública, ciência e tecnologia (Foto: Divulgação)

- Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, reivindicando que 50% dos royalties oriundos do pré-sal sejam destinados à educação, ciência e tecnologia.
- 25/10/2012 - ABC e SBPC enviam carta ao Deputado Carlos Zarattini, relator do PL 2565/2011, reivindicando que 50% dos royalties oriundos do pré-sal sejam destinados à educação, ciência e tecnologia.
 - 01/11/2012 - SBPC envia carta à Presidente Dilma Rousseff reivindicando que 50% dos royalties oriundos do pré-sal sejam destinados à educação, ciência e tecnologia.
 - 06/12/12 - SBPC envia carta ao Senador Inácio Arruda em apoio ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 138/2011 de sua iniciativa.
 - 17/12/2012 - SBPC envia carta ao Senador Aloysio Nunes Ferreira e demais senadores, integrantes da Comissão Mista da MP 592/2012 solicitando que sejam destinados 50% dos recursos do Fundo Social para educação, ciência e tecnologia, nas seguintes proporções: 70% para educação pública básica, 20% para educação pública superior e 10% para ciência e tecnologia.
 - 14/03/2013 - SBPC envia carta aos Senadores e Deputados da Comissão Mista da MP 592/2012 com proposta de que percentual dos recursos dos royalties da União, Estados e Municípios seja

destinado para educação, ciência e tecnologia.

- 19/03/2013 - SBPC participa de audiência pública na Comissão Mista da MP 592/2012, para debater a destinação de parcela dos recursos dos royalties do petróleo para educação, ciência e tecnologia.

2. CÓDIGO FLORESTAL

O novo Código Florestal Brasileiro é uma proposta de reforma do antigo Código Florestal Brasileiro promulgado em 1965. Desde a década de 1990 a proposta de reforma suscitou polêmica entre ruralistas e ambientalistas. O projeto atual tramitou por cerca de 12 anos na Câmara dos Deputados, que o aprovou pela primeira vez no dia 25 de maio de 2011, encaminhando-o ao Senado Federal. Em 25 de abril de 2012, a Câmara aprovou uma versão alterada da lei, mais favorável aos ruralistas. Em maio de 2012, a Presidência da República vetou 12 pontos da lei e propôs a alteração de 32 outros artigos. Após o Congresso aprovar o “Novo Código Florestal”, ONGs, ativistas e movimentos sociais organizaram o movimento “Veta Dilma”, pedindo o veto integral ao Projeto de Lei

Com o intuito de alterar a Lei 12.651/2012, aprovada pela Câmara, e preencher as lacunas deixadas pelos vetos presidenciais à mesma Lei, a Medida Provisória 571/2012 foi encaminhada ao Congresso

Nacional, em 28 de maio de 2012. Devido a modificações no texto da MP, ela foi transformada em Projeto de Lei de Conversão em 04 de setembro de 2012, e em 25 do mesmo mês a matéria foi aprovada e remetida para sanção presidencial. O texto aprovado pelos parlamentares foi transformado na Lei 12.727 e publicado no dia 18/10/2012, com veto parcial

Posicionamento

A SBPC e a ABC inseriram a ciência e tecnologia no debate do Código Florestal, no Congresso Nacional, de modo a contribuir com a elaboração de um marco legal que resultasse na manutenção e aprimoramento do setor agropecuário e, ao mesmo tempo, garantisse a preservação e conservação ambiental do território brasileiro. Por solicitação das duas entidades, o Projeto foi discutido pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal.

Em Carta Aberta encaminhada aos parlamentares, à Presidente da República e divulgada para a sociedade por meio da imprensa, foi expressa a avaliação do Grupo de Trabalho formado por cientistas renomados de diversas especialidades sobre a reforma do Código Florestal. A avaliação baseada em uma análise cuidadosa da produção científica nacional e internacional sobre o tema, também resultou na publicação de dois livros sobre o tema.

Ações

- 23/11/2010 - SBPC participa de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados para debater.
- 27/09/2011 - SBPC participa de audiência pública conjunta de 3 comissões de Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia e de Agricultura do Senado Federal.
- 10/06/11 - SBPC envia carta ao Senador José Sarney, Presidente do Senado, solicitando que a ciência seja considerada na discussão do projeto de lei que altera o Código Florestal e que esse seja apreciado também pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado.
- 22/06/11 - SBPC envia carta aos Senadores da República solicitando apoio para que o projeto de lei que trata do Código Florestal seja discutido na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado.
- 06/07/2011 - SBPC participa de Audiência Pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, para debater as alterações no Código Florestal.
- 15/08/11 - SBPC e ABC encaminham carta aos Senadores, solicitando que haja relatores distintos para as diferentes comissões que estão apreciando o PLC



Reunião no Congresso sobre o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
(Foto: Divulgação)

- 30/2011 (Código Florestal).
- 08/03/2012 - SBPC e ABC encaminham carta à Presidente Dilma Rousseff com a Carta Aberta contendo a avaliação dos cientistas sobre a reforma do Código Florestal, de modo a subsidiá-la em possíveis vetos.
- 17/05/2012 - SBPC encaminha carta à Presidente Dilma Rousseff solicitando vetos ao PL 1876-E/1999 (Código Florestal) aprovado pela Câmara dos Deputados e sugerindo nova proposta legal para resgatar pontos importantes retirados pelos parlamentares.
- 24/09/12 - SBPC envia carta aos Senadores da República manifestando preocupação com as alterações ao Código Florestal, por meio de alterações na MP 571/2012.
- 26/09/12 - SBPC e ABC enviam carta à Presidente Dilma Rousseff manifestando preocupação com as alterações ao Código Florestal, por meio de alterações na MP 571/2012.
- 06/03/13 - SBPC e ABC enviam carta aos Senadores solicitando que sejam mantidos os vetos da Presidente da República ao novo Código Florestal.
- 08/03/13 - SBPC e ABC enviam carta aos Deputados federais solicitando que sejam mantidos os vetos da Presidente da República ao novo Código Florestal.

3. Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

A proposta de criação de um Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, reivindicada pela comunidade científica, foi apresentada concomitante na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, em agosto de 2011. Na Câmara, a proposição foi apresentada pelo deputado Bruno Araújo e recebeu o número PL 2177/2011. No Senado, o mesmo texto foi apresentado pelo senador Eduardo Braga e recebeu o número PLS 619/2011.

A instituição do Código pretende estimular a capacitação e o alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do Brasil (Art. 1º). O PL trata de questões como o estímulo à inovação pelas instituições privadas e pelas instituições públicas de ciência e tecnologia, por meio do estímulo da construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação. O projeto aborda também questões como acesso à biodiversidade com finalidade de pesquisa, propõe um tratamento prioritário, simplificado e célere das importações de produtos e equipamentos destinados à pesquisa científica, tecnológica e inovação. Outro gargalo que tenta resolver é a questão das aquisições e contratações de bens e serviços em CT&I, propondo alterações na Lei de Licitações. O Código traz ainda em seu texto, uma série de sanções administrativas e definições de crimes e penas.

Posicionamento

Embora naturalmente favorável à aprovação do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a SBPC manifestou algumas considerações a respeito do texto original da PL, que considerou longo e burocratizado. A ciência e a inovação cursam na fronteira do conhecimento, e necessitam de uma base legal que atenda às frequentes mudanças dos quadros locais e mundial. Os decretos e portarias ligados à ciência e inovação devem ter como base um código abrangente que norteie conceitos. Esse código tem que prever possibilidade de mudanças de forma a assegurar as atividades na fronteira do conhecimento.

A SBPC acredita que o Código deve conter princípios e não um conjunto detalhado de procedimentos operacionais e linhas punitivas. Não deve conter regramento, mas sim dar as bases para um regramento mais facilmente mutável, de acordo com as necessidades e aprimoramentos decorrentes da evolução dos fatos. As atividades de CT&I envolvem uma dinâmica que requer contínuas atualizações nas regras e controles, baseadas em um código de princípios legais mais permanentes, mas também estes atualizáveis periodicamente.

Os códigos são mecanismos legislativos que compilam as legislações de um mesmo assunto em um único instrumento legal e são feitos para serem seguidos por

longos períodos. Deve-se avaliar se uma melhor operacionalização das leis e regulamentos já existentes não seria suficiente para facilitar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Caso a opção seja pelo formato de Código, esse deveria ser mais enxuto, apenas com princípios, remetendo para regulamentação e outros instrumentos infralegais, detalhamentos que não precisariam constar da lei. Há que ser uma legislação que estimule a impulsionar a pesquisa no País, e, portanto deve ter agilidade e flexibilidade.

Ações

- A SBPC participa do Grupo de Trabalho criado pelo relator, deputado Sibá Machado, para auxiliá-lo na sistematização das propostas recebidas, identificação das convergências e divergências, de modo a subsidiá-lo na elaboração de seu parecer.
- 29/11/11 - A SBPC envia cartas aos líderes de partido na Câmara solicitando a instalação da Comissão Especial para apreciar o PL 2177/2011.
- 29/11/11 – A SBPC envia carta às lideranças partidárias da Câmara dos Deputados, solicitando a indicação de representante para compor a Comissão Especial do PL 2177/2011.
- 30/05/12 - A SBPC participa de audiência pública no Senado Federal na Comissão de Ciência e Tecnologia.

- 04/06/12 - A SBPC participa de audiência pública na Câmara dos Deputados para discutir o Art. 32 do Código de CTI, que trata do acesso à biodiversidade.
- 12/11/12 - Carta ao Ministro Marco Antônio Raupp com propostas de alteração do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011), e solicitando ampliação do debate antes da apreciação no Congresso.
- 06/02/13 - Carta ao Senador Eduardo Braga para reiterar sua posição quanto ao PL 619/2011 que trata do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.
- 23/04/13 - A SBPC participa de audiência pública na Comissão Especial do PL 2177/2011.
- 22/05/13 - A SBPC participa de audiência pública na Câmara dos Deputados desta vez para debater o Código com os órgãos de controle, como o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União.

4. Cotas nas Universidades Federais

O Projeto, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, foi aprovado no Senado Federal em 7 de agosto de 2012, e transformado na Lei 12.711, em 30 de agosto de 2012.

O projeto aprovado determinou que as instituições federais de

ensino superior (Ifes), vinculadas ao Ministério da Educação, reservem em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, 50% no mínimo, de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. E, dessas 50% deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita. Adicionalmente, o projeto proibia a realização de exames vestibulares ou o uso do ENEM, obrigando que o processo seletivo adotasse exclusivamente a média das notas obtidas pelos candidatos nas disciplinas cursadas no ensino médio, tornando assim o ingresso no ensino superior dependente dos critérios de avaliação de cada escola.

O preenchimento das vagas em cada instituição deverá ser para aqueles que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Posicionamento

A SBPC considera que ao mesmo tempo em que o Brasil precisa criar condições mais inclusivas para o acesso à universidade, o país também precisa aumentar a qualidade dos cursos de ensino superior oferecidos em



Helena Nader em Audiência Pública (REQ's 3, 4, 6 e 713) e Reunião Ordinária (Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados)

instituições públicas e privadas. A ABC e a SBPC reiteraram em carta encaminhada ao Congresso Nacional, que o acesso de todos os brasileiros à educação superior é tão importante quanto o grau de excelência desta educação. A oferta de oportunidades educacionais de qualidade é a garantia da cidadania e do desenvolvimento sócio econômico do país.

Um dos mais importantes instrumentos para se atingir estes objetivos no ensino superior é a “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial universitária”, garantida pelo Artigo 207 da Carta Magna brasileira. Faz parte da autonomia didático-científica a definição pela universidade da sistemática para a seleção dos estudantes ingressantes, lembrando que a Constituição brasileira dispõe no Artigo 208 o seguinte: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (inciso V): acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.”

A atitude das instituições de ensino superior públicas brasileiras quanto às ações afirmativas tem demonstrado o enorme interesse e a criatividade destas organizações no tratamento do importante desafio da inclusão. Diferentes propostas de ações afirmativas, adequadas a cada cultura institucional e regional têm sido adotadas e é nosso entender que não se deve ceifar

este movimento com uma obrigação uniforme e atentatória à autonomia universitária.

Por entender que o Projeto feria a autonomia universitária, a ABC e a SBPC solicitaram aos parlamentares que o PL180/2008 não fosse aprovado. No entanto, no dia 28 de junho de 2012 foi aprovada urgência para apreciação do projeto, e em menos de dez dias, o projeto foi aprovado no Plenário do Senado

Ações

- 04/07/2012 - SBPC e ABC enviam manifesto aos Senadores externalizando preocupação e solicitando a não aprovação do PLC 180/2008 que impõe percentual de cotas para universidades públicas.

5. Plano de carreira do magistério público federal

O PL 4368/2012, de autoria do Poder Executivo, foi apresentado em 31 de agosto, aprovado na Câmara dos Deputados em 05 de dezembro e, encaminhado ao Senado no dia 11 de dezembro.

No Senado Federal, com o número PLS 121/2012, teve uma tramitação célere. O despacho foi feito para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), porém devido a aprovação de um requerimento de urgência no dia 18/12/2012, o projeto foi encaminhado para o Plenário e no mesmo dia votado, sem

discussão, e aprovado. Não houve tempo de qualquer manifestação.

O projeto aprovado foi encaminhado para sanção presidencial, e no dia 28 de dezembro de 2012 transformado na Lei 12.772.

Com intuito de corrigir o equívoco da aprovação do Plano de Carreira, e estimulado pela manifestação de várias entidades, entre elas a SBPC e a ABC, o senador Aloysio Nunes apresentou o PLS 123/2013, que “Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, para estabelecer a titulação em nível de pós-graduação como exigência mínima para o ingresso na carreira de Magistério Superior.

Após muitas manifestações e descontentamentos dos docentes em relação à Lei 12.772/2013, bem como um alerta da presidente da SBPC, Helena Nader à Presidente da República e ao Ministro da Educação em reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), no dia 6 de fevereiro de 2013, quanto aos equívocos constantes na recente lei aprovada, o Poder Executivo encaminhou no dia 15 de maio de 2013, a Medida Provisória 614/2013 ao Congresso Nacional, alterando dispositivos da Lei 12.772.

A edição da Medida Provisória 614, de 14 de maio de 2013, que entre outras coisas, restabelece a exigência de doutorado para o ingresso na carreira de docente das universidades federais, foi

uma vitória da comunidade científica, em especial da SBPC, e da própria educação brasileira.

Posicionamento

Em carta enviada aos Deputados, a ABC e SBPC se posicionaram contra a aprovação do projeto e alertaram para os graves problemas e dificuldades, ou até mesmo retrocesso, que as universidades federais brasileiras iriam enfrentar, principalmente no que tange à qualidade da pesquisa e do ensino de graduação e pós-graduação.

Com intuito de colaboração, a SBPC e ABC apresentaram propostas de alteração do PL 4368/2012, concentradas, basicamente, em 3 pontos: 1. O sistema previsto para ingresso na carreira (que passará a ser necessariamente no primeiro nível); 2. A definição das atividades compatíveis com o regime de dedicação exclusiva (DE); 3. O papel do MEC no estabelecimento de critérios para promoções, avaliações e concursos.

No primeiro ponto, o manifesto chama a atenção para a perda da atratividade da carreira de docente e a inviabilidade para que se abram concursos com exigência de titulação. Com a aprovação do projeto, o único requisito para ingresso na carreira previsto legalmente seria o título de graduação e ainda que o edital venha a estabelecer requisitos adicionais, isso poderá ser contestado, pois

tais requisitos não terão sido previstos em Lei. A proposta da SBPC e ABC foi manter os termos do sistema atual, em que os concursos possam ser realizados para o primeiro nível de auxiliar, de assistente ou de adjunto.

No segundo ponto, o PL deixou de prever que a colaboração esporádica em assuntos de especialidade, devidamente autorizada pela instituição e de acordo com regras próprias, seja considerada como atividade remunerada compatível com o regime de dedicação exclusiva. Essa situação era prevista no sistema antigo e era a que respaldava uma série de contratos em vigor – que têm sido prática corrente na Universidade – inclusive práticas respaldadas pela Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973/2004), voltadas para estimular a participação ativa de docentes das instituições públicas de pesquisa, em projetos que envolvam as instituições e empresas. O entendimento das duas entidades é que, ao ser aprovada a proposta sem modificações, os benefícios alcançados nos últimos anos seriam ameaçados, o que representaria, inclusive, um movimento no sentido contrário aos importantes passos dados na Lei de Inovação.

No terceiro ponto, sobre as regras para desenvolvimento do docente na carreira, o texto do projeto trouxe o fato de a promoção para assistente e para adjunto não exigir a titulação correspondente

(mestrado e doutorado, respectivamente). Além disso, há a previsão de participação do MEC na formulação de critérios para avaliação (§§ 4º e 5º), sem a menção devida às competências da própria Ifes no estabelecimento dessas regras. O manifesto apontou a inadequação da previsão de que a regulamentação da avaliação de professor titular fosse atribuída ao Ministro de Estado da Educação. Respeitando os princípios da autonomia universitária, a participação do MEC deve se limitar a estabelecer diretrizes gerais, ficando cada Ifes com a atribuição de estabelecer suas próprias regras e critérios. Tais diretrizes não devem ficar ao sabor da política de governo – e, por isso, não devem ficar na alçada do Ministro, mas sim de uma instância coletiva do MEC que costuma estabelecer regras para o ensino superior (a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CES-CNE).

A dispensa da detenção de título de mestre e doutor para promoção a assistente e a adjunto desse PL representará um retrocesso no esforço que as universidades federais vêm fazendo no sentido de titular seus docentes, visando a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa praticados nas universidades federais públicas.

Ações

- 20/11/12 - SBPC e ABC en-



Plano Nacional de Educação é para vigorar de 2011 a 2020

caminham aos deputados federais e divulgam para a sociedade um manifesto público externalizando preocupação com a aprovação do projeto e apresentando propostas de aperfeiçoamento ao Projeto de Lei 4368/2012 que redefine a carreira docente nas universidades públicas federais.

- Sobre este tema a Presidência da SBPC manifestou-se por meio de diversas entrevistas para a imprensa, como a TV Cultura e Rádio CBN. Também participou de audiência com o presidente do Senado para defender o posicionamento da SBPC.

6. Titulação para acesso ao magistério superior

O PLS 220/2010, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional), para facultar a portadores de diploma de curso superior não titulados em nível de pós-graduação o acesso ao magistério na educação superior.

Posicionamento

Ao detectar este projeto em tramitação no Plenário do Senado Federal, a SBPC e algumas sociedades científicas, como a Sociedade Brasileira de Física (SBF) encaminharam cartas ao Presidente do Senado, José Sarney, em julho de 2011, e a todos os senadores, solicitando

que o projeto não fosse aprovado e que fosse reencaminhado à Comissão de Educação para ampliar a discussão com a sociedade. A carta da SBPC foi lida em Plenário e seu conteúdo acatado. Ao chegar na CE, o senador Aloysio Nunes foi designado relator e seu parecer foi pela rejeição do projeto, e posteriormente aprovado pela Comissão. O projeto, então, foi arquivado.

Ações

- Julho de 2011 - SBPC encaminha carta aos senadores solicitando que o projeto não fosse apreciado pelo Plenário e sim, encaminhado à Comissão de Educação e Esporte (CE).

7. Plano Nacional de Educação (PNE)

O PL 8035/2010, de autoria do Poder Executivo, tramitou na Câmara dos Deputados em uma Comissão Especial, e no dia 26 de junho de 2012 foi aprovado. No entanto, foi apresentado um recurso coletivo que solicitava que o projeto fosse apreciado pelo Plenário da Câmara. Após muitas manifestações da sociedade, os parlamentares voltaram atrás e só então o projeto aprovado foi encaminhado ao Senado Federal, em 25 de outubro. No Senado, o projeto passou a tramitar como PLC 103/2013, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na forma de Substitutivo, e ainda será apreciado em outras Comissões.

A Comissão Especial que apreciou o PNE aprovou 20 metas, entre elas, a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do País em educação até 2020 e a definição da origem do recurso a ser investido. A meta 20.3 estabeleceu que 50% dos recursos do Fundo Social proveniente dos royalties deverão ser utilizados na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Posicionamento

A SBPC e outras instituições parceiras têm defendido os 10% do PIB para a Educação Pública e 50% dos royalties e do Fundo Social do pré-sal para a educação, ciência e tecnologia. Este assunto está tratado na meta 20 do PNE. Para um país que é a sétima posição no ranking das maiores economias do mundo, o investimento em educação pública gratuita de qualidade para todas e todos, é prioritário e estratégico.

A elaboração do Plano Nacional de Educação é um preceito constitucional, previsto no art. 214 (CF). Seu objetivo é assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino por meio de diversas ações integradas. No entanto, as gravíssimas desigualdades entre o ensino ofertado em escolas públicas e privadas, a precariedade de infraestrutura em regiões mais afastadas ou nas periferias dos maiores centros urbanos, os 2 milhões de estudantes fora do ensino médio, a indigna remuneração de professores da educação

básica de norte a sul do país, o gritante total de 14 milhões de analfabetos, o fato de que 86% dos jovens de 18 a 24 anos estão fora do ensino superior, além da pífia escolaridade média de apenas 7,3 anos para a população brasileira, falam por si. O Brasil ainda vai muito mal na educação, o único direito básico capaz de superar os mais antigos desafios de nossa sociedade de forma definitiva e sustentável.

Sem educação não há igualdade social, não há fortalecimento da democracia e das instituições, não há combate à corrupção e valorização da ética nas relações humanas, não há progresso científico e tecnológico, não há diminuição dos preconceitos e aumento da tolerância e da paz, não há futuro possível para este país que não reconheça a educação como sua maior e mais urgente prioridade.

O verdadeiro desenvolvimento da educação nacional será impossível sem um Plano Nacional de Educação (PNE). Além disso, nunca será um país rico e justo sem a revisão do atual patamar de financiamento da educação.

Nosso desafio é muito maior na busca da qualidade do que na quantidade. Não é só o direito de chegar à escola, mas o direito de aprender na escola. E para enfrentar este desafio, aumentar o montante de recursos para educação é fundamental, por meio de uma política de financiamento.



SBPC proporciona uma semana de novidades e descobertas para estudantes e professores de Alcântara (MA), durante as atividades da Reunião Regional da SBPC na cidade (Foto: Divulgação)



A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realiza audiência pública para debater a revalidação e reconhecimento de diplomas de curso superior realizado fora do Brasil (Foto: José Cruz/ABr)

Ações

- 09/05/2012 - Ato público “PNE Já”, conjuntamente com 25 instituições, tais como UNE, Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), Campanha Nacional pelo Direito à Educação, entre outras.
- 15/08/2012 - SBPC encaminha ao Deputado Marco Maia, então presidente da Câmara dos Deputados, com cópia para os demais deputados.

8. Revalidação automática de diplomas

O PLS 399/2011, de autoria do senador Roberto Requião, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica”, tramita no Senado Federal. Passa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e depois pela Comissão de Educação e Esporte (CE) em caráter terminativo. Sendo aprovado segue para a Câmara dos Deputados.

Posicionamento

A SBPC e a ABC são contra o reconhecimento e revalidação automática de diplomas estrangeiros. Reconhecem a necessidade de dar celeridade ao processo, mas sem perder qualidade, e por

isto, defendem que a revalidação de diplomas, tanto da graduação quanto da pós-graduação, deva obrigatoriamente seguir o mesmo rigor que é usado para a avaliação dos graduandos e pós-graduandos no Brasil, de modo a zelar pelos padrões de qualidade compatíveis com os oferecidos pelas universidades brasileiras.

Tais posições foram defendidas por Helena Nader, Presidente da SBPC, em audiência pública do dia 12 de abril de 2013, e nesta mesma ocasião, o autor da proposta, Senador Roberto Requião, concordou com a alteração do texto, retirando a automaticidade da revalidação. Aguarda-se a reformulação do parecer do relator, Senador Cristóvão Buarque.

Ações

- 29/11/12 - SBPC encaminha carta aos Senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), chamando atenção para o PLS 399/2011, que trata da revalidação automática de diplomas, solicitando que sejam atendidos os parâmetros de qualidade adotados no Brasil.
- Articulação junto aos senadores Inácio Arruda e Ana Amélia para retirarem de pauta da CRE e ampliar o debate por meio de audiência pública.
- 29/11/12 - SBPC envia carta à Senadora Ana Amélia Lemos agradecendo por ter pedido vista ao PLS 399/2011

que trata da revalidação e reconhecimento automático de diplomas e proposto maior debate com a sociedade.

- 12/4/13 - SBPC participa de Audiência Pública no Senado Federal sobre o PLS 399/2011, na qual Helena Nader apresentou a proposta da SBPC e da ABC.

9. Fundo patrimonial nas Instituições Federais de Ensino Superior

O PL 4643/2012, de autoria da deputada Bruna Furlan, foi apresentado no dia 31/10/2012 e autoriza a criação de Fundo Patrimonial nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Posicionamento

A SBPC entendendo a relevância desta proposição para a ciência e para a educação, e encaminhou carta de apoio a todos os senadores e deputados, solicitando a aprovação da proposta. De acordo com a mesma, o fundo poderá ser criado em cada instituição para administrar recursos de doações ou outras fontes e ser utilizado no financiamento da pesquisa e da extensão universitárias. O PL 4643/2012, transformado em lei, trará impacto extremamente positivo nas universidades brasileiras, viabilizando ainda mais sua modernização e o melhor desempenho de seu papel, que é o avanço do conhecimento e a formação de recursos humanos, preparados para ajudar o desenvolvimento do país.

Ações

- SBPC envia carta aos deputados federais manifestando apoio e solicitando aprovação do Projeto de Lei 4.643/2012, de autoria da deputada Bruna Furlan (PSDB/SP), e que autoriza a criação de Fundo Patrimonial nas Instituições Federais de Ensino Superior.

10. Empresa pública para a gestão da pesquisa com biodiversidade

O PLS 440/2011, do senador Sérgio Souza, autoriza o Poder Executivo a criar empresa pública para gestão do licenciamento de pesquisa nos biomas brasileiros, estabelece o monopólio das patentes originadas dessas pesquisas, e dá outras providências – a empresa denominada BioBras/Emgebio.

Posicionamento

A SBPC é contra a de criação de uma empresa pública, “a Empresa para a Gestão do Licenciamento de Pesquisa no Bioma Brasileiro (Biobras) para gestão do licenciamento de pesquisa nos biomas brasileiros, e para estabelecer o monopólio das patentes originadas dessas pesquisas”. É uma proposta para administrar e estabelecer regras para o uso e a pesquisa dos biomas brasileiros, que representam o maior patrimônio natural da nação brasileira, e que em hipótese alguma poderão ser gerenciados por empresa



Apresentação de José Antonio Aleixo da Silva durante a Rio + 20 (Foto: Divulgação)

estatal a seguir regime jurídico próprio de empresas privadas, como sugere o PL. A SBPC não acredita que a criação de uma empresa irá inibir o combate à biopirataria. A solução passa pelo estímulo à pesquisa científica que promova o conhecimento da biodiversidade que se quer proteger e estimule o seu uso sustentável. Isso implica no estabelecimento de políticas públicas e na definição de um marco legal, a ser amplamente discutido com a sociedade, o que já vem ocorrendo em diversos foros técnicos e acadêmicos.

Ações

- 21/11/12 - SBPC envia carta ao Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney, ao Senador Sérgio Souza, ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Eduardo Braga solicitando a não aprovação do PLS 440/2011 que cria a empresa pública "EMGEBIO" para a gestão do licenciamento de pesquisa nos biomas brasileiros. A carta é lida na audiência pública ocorrida em 28 de novembro de 2012.

11. Marco civil da Internet

A proposta de número PL 2126/2011 está na Comissão Especial na Câmara dos Deputados para análise dos projetos de lei que tratam dessa matéria. Se aprovado, ainda terá que ser analisado pelo Senado Federal.

Posicionamento

A SBPC, motivada pela Secretaria Regional da Bahia, encaminhou carta aos parlamentares da Comissão Especial, em 6 de agosto de 2012, e a presidente Dilma Rousseff, manifestando apoio à "Carta de Olinda", emanada e aprovada por unanimidade no II Fórum de Internet do Brasil, promovido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, em 4 de julho de 2012, em Olinda/Pernambuco.

A SBPC considera imperativa a imediata aprovação do Marco Civil da Internet no Brasil em função da sua importância crucial para a garantia da liberdade e dos direitos de cidadania, individuais e coletivos na rede. Na carta, defende que o Marco Civil assegure o princípio de neutralidade da rede. Não se pode aceitar que os controladores da infraestrutura física da Internet imponham qualquer tipo de filtragem ou interferência política, econômica, comercial, cultural, religiosa, comportamental, por origem ou destino dos pacotes de dados que transitam na Internet.

Ações

- 06/08/2012 - SBPC envia carta à Presidente Dilma Rousseff solicitando apoio para que o Marco Civil da Internet seja aprovado no Congresso Nacional. Também solicita que o Governo encaminhe a nova proposta de reforma da lei de direitos autorais.

- 08/08/2012 - SBPC envia carta ao Deputado Paulo Pimenta manifestando apoio à “Carta de Olinda” e pedindo imediata aprovação do Marco Civil da Internet.

12. Código Penal

A proposta de reforma do Código Penal Brasileiro foi construída por uma Comissão de Juristas, e apresentada pelo Senador José Sarney como PLS 236/2012, no dia 09/07/2012. No Senado foi criada uma Comissão Temporária para examinar o projeto. O relator designado é o Senador Pedro Taques. Em 21/11/12 foi criado um processo especial, destinado a conter sugestões e manifestações da sociedade.

Posicionamento

A SBPC manifestou seu apoio ao Projeto de Reforma do Código

Penal (CP), da Comissão do Senado Federal, no que diz respeito à nova redação do artigo 128, que, avançando na defesa dos direitos humanos, exclui a criminalização do aborto em 04 (quatro) hipóteses, reconhecendo os direitos sexuais e reprodutivos da mulher.

Para a SBPC não há dúvida de que essa proposta, mesmo mantendo a criminalização do aborto, representa um enorme avanço no campo da saúde reprodutiva da mulher brasileira e aproxima o Brasil das recomendações de saúde internacionais.

Ações

- A SBPC envia Manifesto de apoio ao Projeto de reforma do Código Penal, da Comissão Mista, no que diz respeito à nova redação do artigo 128, que exclui a criminalização do aborto.

Representação em conselhos e comissões

Desde sua criação a SBPC tem buscado exercer a mais ampla representação e defesa dos interesses da sociedade brasileira nas questões relativas à educação, ciência, tecnologia e cultura. Para tanto a entidade está presente nos mais diversos fóruns consultivos e deliberativos, que buscam caminhos e estabelecem ações para a solução de grandes problemas de abrangência nacional ou regional.

A representação da SBPC em diversos conselhos e comissões dos governos federal e estaduais se dá pela participação de membros da comunidade científica diretamente indicados pela SBPC, ou por meio de indicações apresentadas pelas sociedades científicas afiliadas. A presença de porta vozes legítimos do meio acadêmico e científico nessas comissões e conselhos é fundamental para garantir que os reais anseios e necessidades das áreas representadas sejam ouvidos e considerados nas tomadas de decisão desses órgãos governamentais.

A SBPC também atua por meio da constituição própria de comissões e grupos de trabalho

para a análise e o estudo mais aprofundado de assuntos específicos mais complexos. Exemplo recente foi o Grupo de Trabalho sobre o Código Florestal Brasileiro, em parceria com a Academia Brasileira de Ciências (ABC), que resultou na publicação de dois livros intitulados “O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo”.

Entre as instâncias que contaram com atuação mais efetiva da SBPC durante o período deste Relatório, destacam-se o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), presidido pelo presidente da República, e onde a SBPC tem assento permanente; os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais (MCT); o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); a Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO); o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Durante esse período a SBPC manteve representantes nos seguintes conselhos, comissões, e similares:

Representações de âmbito nacional

1. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)
2. Comissão da Câmara Temática Temporária de Planejamento e Acompanhamento do Ano Internacional da Biodiversidade 2010 (CONABIO- MMA)
3. Comissão de Coordenadores do Plano Estratégico Nacional de áreas Protegidas (PNAP)
4. Comissão do Plano Nacional de Astronomia (MCT)
5. Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO)
6. Comissão Nacional de Florestas (CONAFLOR)
7. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento – CNPD
8. Comissão Nacional do Programa Sustentável (CONACER)
9. Comissão Técnica de Recifes de Coral
10. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio)
11. Comitê Assessor da Política Nacional de Educação Ambiental (CA- PNEA-MMA)
12. Comitê Conjunto de Cooperação Científica e Tecnológica (CCCCT - MCT)
13. Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI)
14. Comitê de Assessoramento Técnico (CAT SISBIO/MMA)
15. Comitê Diretor da RENASIC (MCT)
16. Comitê Gestor da Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e Argentina (CG-CC&T BR/AR- MCT)
17. Comitê Nacional de Zonas úmidas (CNZU-MMA)
18. Comitê Nacional do Programa Informação para Todos (UNESCO-Ifap)
19. Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA)
20. Comitê Técnico Consultivo do Instituto Chico Mendes (CECAV)
21. Conselho Científico do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão
22. Conselho Consultivo da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP
23. Conselho Consultivo da Rene/ MCT
24. Conselho Consultivo da Representação Regional do Ministério da Ciência e tecnologia no Nordeste (CC-ReNe/MCT)
25. Conselho de Administração da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLUS)
26. Conselho de Administração da Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA)
27. Conselho de Administração do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (CA-IDSM)
28. Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (IPTI)
29. Conselho de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP-MMA)
30. Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN)
31. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Meio Ambiente (CD/FNMA)
32. Conselho Diretor do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (MMA)
33. Conselho do Plano de Car-

- reiras de Ciência e Tecnologia (CPC-MCT)
 - 34. Conselho Nacional Antidrogas - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (CONAD-GSIPR)
 - 35. Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT-MCT)
 - 36. Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA)
 - 37. Conselho Nacional de Imigração (CNIg)
 - 38. Conselho Nacional de Política Cultural (CNPc)
 - 39. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)
 - 40. GT Bioma Caatinga (MMA)
 - 41. Rede Brasileira de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas (REDE CLIMA)
 - 42. Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (CAT-SISBIO)
- Nos estados e municípios a SBPC também participa de conselhos e comissões, por meio de indicações de suas secretarias regionais.

Sócios e Associadas



Reunião do ministro Marco Antonio Raupp com representantes das sociedades científicas, na SBPC, em 9 de abril de 2013 (Foto: David Rego Jr./MCTI)

A efetividade das ações da SBPC é legitimada, sobretudo, por seu quadro associativo, constituído por sociedades científicas, associados fundadores, sócios efetivos, estudantes e instituições contribuintes.

Atualmente cerca de 105 sociedades científicas brasileiras são afiliadas à SBPC, oriundas das áreas Biológicas e da Saúde, Exatas e da Terra, Humanas e Sociais, e Tecnológicas. As associações afiliadas representam uma instância consultiva da SBPC, que delas pode receber informações e sugestões específicas, por área de conhecimento, para nortear o planejamento estratégico de ação da entidade. Sustentada pela base de notável saber representada pelo conjunto das sociedades científicas, a SBPC encontra o respaldo necessário para manifestar-se e buscar influir com propriedade junto aos organismos responsáveis pela elaboração e execução das políticas públicas em educação, ciência e tecnologia no Brasil.

Como previsto em estatuto, a parceria entre a SBPC e as sociedades científicas afiliadas também se estende a entendimentos conjuntos sobre a participação e indicação de representantes para

comissões, conselhos, comitês e outros arranjos específicos junto a órgãos governamentais dos três poderes, e outras organizações sociais.

A realização de atividades orientadas por interesses comuns incluem a organização de reuniões, congressos, simpósios e eventos de qualquer natureza, naturalmente compatíveis com os objetivos das associações envolvidas; o desenvolvimento conjunto de trabalhos e estudos de interesse mútuo; a inserção na programação das reuniões anual e regionais da SBPC de programas e atividades de interesse das afiliadas; campanhas nacionais ou regionais em benefício de causas de interesse comum, com nítida identidade a uma determinada associação ou grupo de associações afiliadas; e a utilização das dependências da SBPC para realização de reuniões de interesse das afiliadas.

Além das sociedades científicas e dos sócios individuais representados pelos fundadores, efetivos e estudantes aprovados pela diretoria, organizações governamentais, não governamentais e empresas também podem integrar o quadro social na qualidade de associado institucional.

A interação entre a SBPC e as sociedades científicas se intensifica sobretudo quando questões de interesse amplo, ligados às políticas públicas de CT&I e educação, vêm a requerer a sua intervenção. Essa interação fortaleceu-se principalmente a partir de julho de 2011, quando a SBPC intensificou o acompanhamento dos trabalhos no Legislativo em Brasília (DF). Com isso, as sociedades passaram a contar com um canal mais efetivo de participação pró-ativa nas políticas públicas de educação, ciência e tecnologia (C&T), e de outras áreas, como meio ambiente e saúde, que pedem suporte de C&T.

Durante o período compreendido por este Relatório, destacam-se os seguintes eventos de ação conjunta entre SBPC e sociedades científicas associadas.

Novembro de 2011 – Associações de pesquisa no campo da educação enviam carta ao MCT&I, CNPq e Capes contestando a ausência de estudantes e pesquisadores envolvidos com a pesquisa educacional como bolsistas potenciais no programa Ciência sem Fronteiras, lançado pelo governo federal. Gerenciada pelo CNPq e pela Capes, a iniciativa prevê a concessão de 75 mil bolsas de estudos no exterior nos próximos quatro anos nas áreas de engenharia, tecnologia, saúde e biologia para realização de estudos em universidades europeias, norte-americanas e asiáticas, bem como a atração de estudantes e pesquisadores estrangeiros.

A carta, apoiada pela SBPC, considerava “que o avanço desejado nos campos contemplados deveria igualmente atender a área de educação, não apenas pelo que a iniciativa pode trazer de enriquecimento e inovação na formação dos quadros nesta área, mas também pela relevância estratégica na constituição de bases essenciais ao desenvolvimento científico e tecnológico em nosso país, questão amplamente reconhecida e debatida nos fóruns em que se discute o horizonte da ciência e da tecnologia no Brasil e no exterior.” Assinaram a carta:

- Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências - ABRAPEC
- Associação Nacional de Política e Administração da Educação - ANPAE
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED
- Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE
- Centro de Estudos Educação e Sociedade - CEDES
- Conselho de Assessoramento do CNPq, área de educação - CA-Ed/CNPq
- Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM
- Sociedade Brasileira de História da Educação - SBHE
- Sociedade Brasileira de Química - Divisão de Ensino - SBQ

Outubro 2012 – Representantes de sociedades científicas discutem mudanças no Ensino

Médio propostas pelo MEC, com o presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), em reunião realizada no dia 10 de outubro de 2012.

Diante do desafio de colocar o País em um patamar mais elevado no ranking da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a SBPC e sociedades científicas se reuniram com o presidente do CNE, professor José Fernandes Lima, em Brasília, para discutir o tema.

A SBPC e as sociedades externaram a preocupação com a notícia de que o MEC preparava editais para a produção de livros integrados para o Ensino Médio, e alertaram para a carência de professores formados para atender à nova proposta com a integração das áreas. Embora nenhuma sociedade científica tenha se posicionado contra o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que faz uma avaliação integrada do conhecimento adquirido pelo estudante, as entidades defenderam que seria necessário avaliar com muita cautela as mudanças propostas pelo MEC.

Para as sociedades e entidades do setor, a fragmentação do ensino é nefasta para todos. O conhecimento é integrado, mas o Brasil não está preparado para atender à mudança então proposta pelo MEC. Os professores formadores, os já formados e os formandos nas diferentes licenciaturas devem ser trazidos para

o debate, aproximando assim a Universidade da escola básica.

As sociedades científicas concluíram que a reforma como se apresentava seria intempestiva e que o MEC deveria propor a formação de grupos de trabalho com diferentes atores para estudar a proposta sugerida, considerando a sua viabilidade e potencial de implementação.

Participaram do encontro a SBPC e as seguintes entidades: Associação Brasileira de Antropologia (ABA); Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (Abrapec); Associação Nacional de História (ANPUH); Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae); Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); Sociedade Botânica do Brasil (SBB); Sociedade Brasileira de Biologia (SBB); Sociedade Brasileira de Biologia Celular (SBBC); Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq); Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM); Sociedade Brasileira de Física (SBF); Sociedade Brasileira de Genética (SBG); Sociedade Brasileira de Matemática (SBM); Sociedade Brasileira de Matemática Aplicada e Computacional (SBMAC) e Sociedade Brasileira de Química (SBQ).

Abril 2013 - O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, participou da reunião das sociedades científicas associadas à SBPC, realizada na sede da Rua Maria

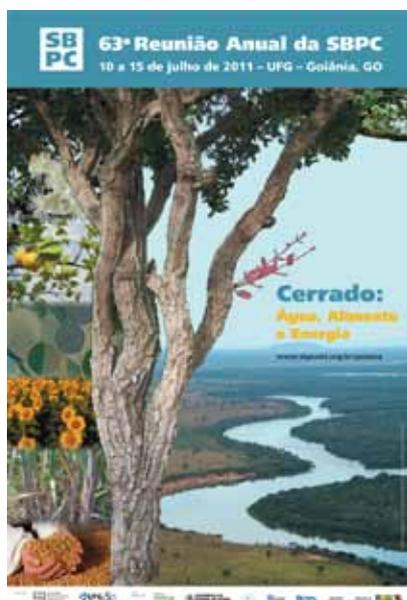
Antonia, em São Paulo, em 9 de abril de 2013. O convite foi feito pela SBPC como parte das atividades empreendidas no sentido de possibilitar às sociedades científicas a manter aberto um diálogo permanente com o MCT&I.

Durante o evento o Ministro apresentou as linhas gerais da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Encti) para o período de 2012-2015. Em contrapartida, ele ouviu as demandas e questionamentos dos pesquisadores representantes das sociedades científicas.

Reuniões Anuais e outros eventos



Jovens acompanhados da presidente da SBPC, Helena Nader, assistem à conferência de Daniel Shechtman, prêmio Nobel de Química, durante a 64ª Reunião Anual da SBPC, em julho de 2012 (Foto: Divulgação UFMA)



Cartaz da 63ª Reunião Anual da SBPC, Goiânia, julho de 2011

A primeira Reunião Anual da SBPC aconteceu na sede do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC, SP) entre os dias 11 e 15 de outubro de 1949, pouco mais de um ano após a fundação. Desde então as reuniões anuais tornaram-se importante fórum para a difusão dos avanços da ciência nas diversas áreas do conhecimento e um espaço privilegiado para debates sobre políticas públicas para educação, ciência e tecnologia. Os encontros, que atualmente chegam a reunir cerca de 15 mil participantes de todo o País, contam com a participação de estudante e professores de todos os níveis de ensino,

pesquisadores, representantes de sociedades científicas, autoridades e gestores do sistema nacional de ciência e tecnologia.

A escolha do local para a realização das reuniões anuais é feita por meio de propostas apresentadas à Diretoria e aprovadas pelo Conselho. Os eventos acontecem em universidades ou institutos de pesquisa de qualquer parte do País. Sempre que possível, busca-se fazer um rodízio entre as regiões brasileiras, de modo que todas as questões de cunho nacional e regional, afeitas à ciência, tecnologia, educação, saúde e cultura, possam ser

contempladas nos debates que acontecem durante as reuniões.

A programação científica é composta por conferências, simpósios, mesas-redondas, encontros, sessões especiais, minicursos e sessões de pôsteres. Acontecem também, durante a Reunião Anual, eventos paralelos como a SBPC Jovem (programação voltada para estudantes do ensino básico), a ExpoT&C (mostra de ciência e tecnologia) e a SBPC Cultural (apresentação de atividades artísticas regionais e discussões sobre temas relacionados à cultura). Ao longo dos anos esses eventos foram ganhando força e destacando-se a tal ponto de ser possível afirmar que hoje, ainda que aconteçam em meio às reuniões anuais, eles têm vida própria. É cada vez mais expressivo o público que participa do encontro com a finalidade principal de atender a um dos eventos paralelos. O resultado se traduz em uma grande afluência de jovens estudantes, professores, artistas e intelectuais de todas as áreas nos espaços das reuniões anuais.

Além da alternância regional de realização das reuniões anuais, a SBPC também promove reuniões regionais, organizadas por uma ou mais secretarias regionais da entidade, ou por demanda de instituições acadêmicas locais. Nesses encontros o foco temático é mais dedicado a questões de educação, ciência, tecnologia e cultura de interesse regional. Voltados para estudantes de graduação e de pós-graduação, professores dos ensinos básico e superior, pesquisadores e profissionais de diversas áreas, os eventos contam com conferências e mesas-redondas, das quais participam cientistas renomados de várias regiões do País. O objetivo dessas atividades é discutir políticas públicas em ciência e tecnologia, educação, saúde e meio ambiente além de disponibilizar conhecimentos que possam ajudar a promover o desenvolvimento sustentável da região.

A SBPC também organiza e apoia eventos com outras entidades, de âmbito nacional ou regional, e atua como parceira de organizações governamentais e não



Mesa de abertura da 64ª Reunião Anual, São Luiz, julho de 2012 (Foto: Divulgação)

governamentais dedicadas ao desenvolvimento científico e tecnológico. É o caso, por exemplo, da parceria com a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que realizam, entre 2012 e 2013, reuniões preparatórias em diversas cidades para o 6º Fórum Mundial de Ciência, que acontece no Rio de Janeiro (RJ) em novembro de 2013.

Entre julho de 2011 e maio de 2013 foram realizados os seguintes eventos:

1. REUNIÕES ANUAIS

63ª - Goiás/GO - Universidade Federal de Goiás - UFG

De 10 a 15 de julho de 2011

Tema: “Cerrado: água, alimento e energia”

A cerimônia de abertura da 63ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi realizada no domingo, dia 10 de julho, às 19h, no Centro de Cultura e Eventos da Universidade Federal de Goiás (UFG).

A presidente da SBPC, Helena Nader, fez a abertura oficial do evento, que contou com a presença do então ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante; a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; o governador do estado de Goiás, Marconi Perillo; o prefeito de

Goiânia, Paulo Garcia; e o reitor da UFG, Edward Madureira Brasil, entre outras autoridades.

O evento contou com centenas de atividades, entre conferências, simpósios, mesas-redondas, encontros e sessões especiais, além de apresentação de trabalhos científicos e minicursos. O programa completo e os anais estão disponíveis no site da SBPC, na seção das reuniões anuais.

64ª - São Luís/MA - Universidade Federal do Maranhão - UFMA

De 22 a 27 de julho de 2012

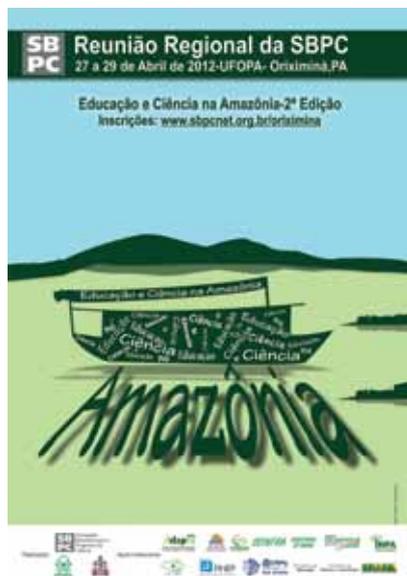
Tema: “Ciência, Cultura e Saberes Tradicionais para Enfrentar a Pobreza”

Na cerimônia de abertura, realizada no campus da UFMA, na noite do dia 22 de julho, a presidente da SBPC, Helena Nader, proferiu o discurso de abertura onde destacou as principais preocupações e desafios da comunidade científica. Entre eles os cortes de verbas na área de ciência e tecnologia, a luta por recursos do royalties do petróleo para C,T&I e Educação, o PLC 180/2008, que traz mudanças no acesso ao ensino superior e o Código Florestal.

A 64ª Reunião Anual contou com 11.912 inscritos, de 700 cidades de todos os estados. No entanto, o público que participou das conferências, mesas redondas e outras atividades do encontro foi bem maior. A estimativa é



Cartaz da 64ª Reunião Anual da SBPC, São Luís, julho de 2012



Cartaz da Reunião Regional em Oriximiná/PA – abril de 2012

que cerca de 25 mil pessoas tenham circulado pelo câmpus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde ocorreu a reunião. O programa completo e os anais estão disponíveis no site da SBPC, na seção das reuniões anuais. Um ponto alto da Reunião foi a presença, pela primeira vez, de um Prêmio Nobel, o cientista israelense Daniel Shechtman, ganhador do prêmio Nobel de Química de 2011.

2. REUNIÕES REGIONAIS

Reunião Regional em Oriximiná/PA

Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

27 a 29 de abril de 2012

Tema: “Educação e Ciência na Amazônia - 2ª edição”

Essa foi a 2ª edição da Reunião Regional em Oriximiná. Na edição anterior, realizada em 2008, o evento superou as expectativas em número de participantes - cerca de 1,3 mil -, atraindo mais que o dobro dos 600 inscritos. Outra característica marcante daquela Reunião foi a participação maciça do público jovem, principalmente bolsistas de iniciação científica.

A 2ª Reunião Regional em Oriximiná repetiu a experiência e contou com conferências e mesas-redondas, das quais participaram cientistas renomados de várias regiões do País. A programação completa está disponível no

site <http://www.sbpcnet.org.br/oriximina/home/>.

Reunião Regional em Chapadinha/MA

22 a 24 de maio de 2012

Tema: “Sociedade e Agricultura Familiar”

A Reunião Regional da SBPC realizada em Chapadinha (MA), a 275 km de São Luís, com 739 inscritos. A maioria dos participantes no evento, realizado como uma preparação para a 64ª Reunião Anual, era composta por estudantes do ensino superior, correspondente a 324 da totalidade, e do ensino médio ou profissionalizante, com 202 do total. O restante se dividiu entre professores do ensino superior e da educação básica, e profissionais diversos. A programação completa está disponível no site <http://www.sbpcnet.org.br/chapadinha/home/>

Reunião Especial em Alcântara - MA

22 a 25 de abril de 2013

Tema: “Ciência, Educação e Saúde - Atividades para estudantes do ensino básico e atualização para professores do ensino básico e agentes de saúde”

A Reunião Especial da SBPC em Alcântara, no Maranhão, realizou atividades ao longo da semana totalmente destinadas



Cartaz da Reunião Regional em Chapadinha/MA – maio de 2012

a estudantes e professores do ensino básico e agentes de saúde do município. Foi a primeira reunião da SBPC nesse formato, com uma programação toda dirigida para a população, sem conferências nem apresentação de trabalhos científicos. Cerca de 4 mil crianças e mais de uma centena de professores do ensino fundamental e médio, além de dezenas de agentes comunitários de saúde, participaram das atividades da Reunião Especial da SBPC em Alcântara. De segunda a sexta-feira eles assistiram às aulas e palestras, sobre diversos temas científicos, educacionais e de saúde, ministradas por professores e alunos de doutorado e pós-doutorado de várias universidades federais e outras instituições de ensino. Também tiveram acesso a microscópios, telescópios e a um planetário digital móvel. As ações foram realizadas em escolas municipais nos polos educacionais de Marudá, Oitiua, Raimundo Su e Arehengaua, todos no interior, e na própria cidade de Alcântara. Agentes de Saúde do município participaram de palestras de atualização em temas por eles selecionados.

3. OUTROS EVENTOS

V Reunión de Ciencia, Tecnología y Sociedad

14 a 16 de novembro de 2011

SBPC/ AAPC / Ciencia Hoy

A 5ª Reunião Ciência, Tecnologia

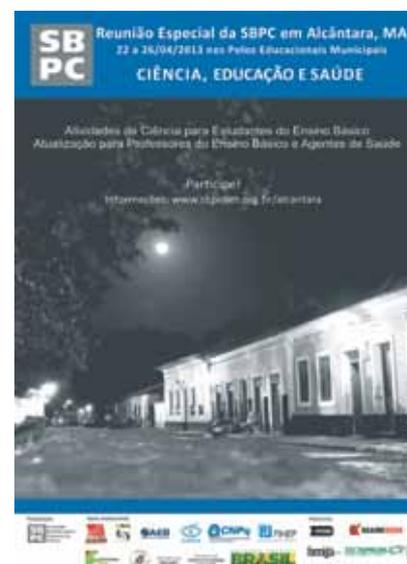
e Sociedade (CTS) foi realizada em novembro de 2011, em Buenos Aires, Argentina, pela SBPC em parceria com a Associação Argentina para o Progresso da Ciência (AAPC) e o órgão argentino Ciencia Hoy. Durante o evento foram debatidos temas como a produção e o meio ambiente; as consequências sociais da tecnologia; a economia das ciências e a tecnologia; e a insegurança e inclusão social desde o ponto de vista científico e tecnológico.

RIO + 20

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro, com o objetivo de estabelecer parâmetros para a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável. O evento contou com a participação de chefes de estado de 190 nações que propuseram mudanças, sobretudo no modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta.

A convite do governo federal, a SBPC integrou a Comissão Organizadora Nacional da Rio+20, e a comissão “Diálogos sobre a Biodiversidade: Construindo Estratégias Brasileiras para 2020”, visando estabelecer metas nacionais de biodiversidade.

Durante a Rio+20 a SBPC participou junto a mais de 30 instituições de ensino e pesquisa do



Cartaz da Reunião Especial de Alcântara – abril de 2013

País do Armazém Pop Ciência na Rio+20, um lugar dedicado à divulgação científica, organizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O espaço contou com exposições, feiras, experimentos, exibição de vídeos e diversas atividades.

A SBPC promoveu um ciclo de palestras intitulado 'SBPC na Rio+20'. De 13 a 22 de junho, todos os dias aconteceram palestras e atividades abertas ao público sobre temas da Rio+20 apresentadas por cientistas e especialistas. Os principais temas abordados foram: biodiversidade; química para um mundo sustentável; geomagnetismo e vida; mudanças climáticas; internet (20 anos no Brasil) e desenvolvimento sustentável; astronomia indígena; a Terra e o Universo; mineração sustentável; tecnologias populares e para a educação inclusiva; economia verde; cordel e a Rio+20; e música e ciência. Ainda durante o evento foi distribuída a segunda versão do livro sobre o Código Florestal, em português e inglês.



Prêmio Muriqui 2012

Uma importante conquista para a SBPC, durante a Rio+20, foi a entrega do Prêmio Muriqui 2012, concedido pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, uma das principais homenagens às ações ambientais no país. O prêmio deste ano foi entregue à SBPC, na categoria pessoa jurídica, em reconhecimento ao papel da instituição nas discussões

nacionais sobre o meio ambiente, em especial o Código Florestal.

ENCONTROS PREPARATÓRIOS PARA O 6º FÓRUM MUNDIAL DE CIÊNCIA - Rio de Janeiro, 24 a 27 de novembro de 2013

Em junho de 2012 foi realizada a primeira reunião do Comitê Executivo do 6º Fórum Mundial de Ciência 2013, que será realizado no Rio de Janeiro em novembro de 2013. Durante a reunião do Comitê Executivo, do qual a SBPC faz parte, foi definido o tema "Science for Global Sustainable Development" para o evento internacional. O encontro também serviu para definir os assuntos das sessões plenárias e a agenda.

Entre os representantes de diversas instituições, compareceram o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) Jacob Palis; a presidente da SBPC, Helena Bonciani Nader; o ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), Marco Antonio Raupp; o presidente da Academia Húngara de Ciências, József Pálinskás; o presidente do Conselho Internacional para a Ciência (ICSU), Yuan-Tseh Lee; e demais representantes da Unesco, ABC, Finep, Capes, entre outros.

Em relação aos principais tópicos que deverão ser abordados no programa, os presentes sustentaram a necessidade de interligar os temas sugeridos, envolvendo questões de políticas científicas, saúde, ciência básica e de engenharia a fim de promover sessões mais dinâmicas e interativas, bem

como conclusões mais integradas. As seis principais plenárias no 6º Fórum Mundial de Ciência abordarão as seguintes questões:

- Desigualdades como barreiras para a sustentabilidade global;
- Políticas científicas e governança: inventando o futuro;
- Integridade científica;
- Ciência para recursos naturais (para explorar e utilizar os recursos naturais de forma sustentável);
- Ciência e educação em Engenharia;

- As funções fundamentais da ciência em inovação

A cada dois anos, a reunião é realizada pela Academia de Ciências da Hungria na capital, Budapeste, reunindo cientistas de todas as partes do mundo e mobilizando a sociedade. Essa será a primeira vez que o Fórum acontecerá em outro país. Para garantir uma maior participação e envolvimento da comunidade científica brasileira no evento, foi definida a realização 7 encontros preparatórios.



Abertura do 1º Encontro Preparatório do 6º Fórum Mundial de Ciência – Fapesp, que aconteceu no dia 29 de julho de 2012 (Foto: Divulgação)

Relações Internacionais

Uma das atividades marcantes durante o período compreendido por este Relatório foi o empenho da diretoria da SBPC no sentido de estreitar laços com organizações congêneres estrangeiras. A cooperação internacional é uma premissa que fundamenta boa parte do empreendimento de se fazer ciência em todo o mundo, que é considerada como conhecimento universal. O relacionamento entre instituições de pesquisa e universidades brasileiras com parceiros em outros países tem sido crescente, mas ainda está muito aquém do esforço de internacionalização e mobilidade observado nas melhores universidades do mundo.

Portanto, é necessário que as entidades representativas de cientistas e pesquisadores em todo o mundo relacionem-se de maneira profícua, que traga intercâmbio de experiências e conhecimentos para todas as partes envolvidas. A SBPC teve algumas experiências de relações internacionais durante os últimos dois anos, que deverão ter continuidade e apresentar bons resultados em curto prazo. Segue um relato sobre as principais ações.

- Liaison Group of the Associations for the Advancement of Science (Grupo de Ligação das Associações para o Progresso da Ciência):

Em 17 de fevereiro de 2013 a presidente da SBPC, Helena Nader, participou de reunião do Grupo de Trabalho das Associações para o Progresso da Ciência, em Boston (EUA), a convite da Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS). A SBPC integra o Grupo que conta com representantes da Associação da China para a Ciência e Tecnologia (CAST); da Euroscience (da Europa), e do Congresso de Associações de Ciência da Índia (ISCA). O grupo de trabalho, reunido pela primeira vez nesse encontro em Boston, foi constituído para coordenar ações de cooperação entre as associações participantes. A finalidade é desenvolver laços multilaterais inicialmente focados na atuação mútua em reuniões de cada uma das associações em seus países. O que se pretende é que nessas reuniões ocorram encontros, palestras ou seminários onde serão debatidos temas de interesse convergente.

A ampliação dos debates deverá levar, em futuro próximo, a um estreitamento nas relações entre associações científicas de todo o mundo, sobretudo com trabalhos focados em temas de interesse global e sua interface com ciência e sociedade. O primeiro tema que será discutido nas reuniões anuais de cada instituição tratará de Políticas Públicas e Capacitação para o Desenvolvimento de Políticas Melhores.

- Fórum Mundial de Ciência 2013:

Como já mencionado no capítulo 5, a SBPC integra o Comitê Executivo do 6º Fórum Mundial de Ciência, que será realizado no Rio de Janeiro em novembro de 2013. A diretoria da SBPC analisa que esta é uma oportunidade única para a comunidade científica brasileira ter uma visão global sobre os caminhos que estão sendo percorridos pelos cientistas, e as organizações que os representam, em todo o mundo. O fato do evento de âmbito internacional estar acontecendo pela primeira vez fora da sede onde teve início,

na Hungria, e vir a ser realizado no Brasil, demonstra o reconhecimento pelos avanços da ciência brasileira nos últimos anos.

- Outras organizações:

Além do envolvimento direto com os dois eventos e com as entidades mencionadas acima, a SBPC mantém relações com organizações internacionais como a Fundação Bunge, que em outubro de 2012 contou com a presença e atuação da SBPC no Seminário Internacional sobre Avaliação Educacional, organizado pela Fundação. A entidade concede anualmente o Prêmio Fundação Bunge a personalidades de destaque em diversos ramos das Ciências, Letras e Artes.

A SBPC mantém relacionamento próximo com a Academia Mundial de Ciência para o Desenvolvimento da Ciência nos Países em Desenvolvimento, a TWAS, que também participa da organização do Fórum Mundial de Ciência 2013; e com a Associação Ciencia Hoy, da Argentina.

Parcerias Institucionais

O sucesso das ações da SBPC em prol da ciência, tecnologia, educação e áreas afins depende, em grande parte, do relacionamento que mantém com organizações públicas e privadas, associações, fundações e outras entidades que atuam ou lutam pelas causas e ideais defendidos por ela. A iniciativa das parcerias pode partir tanto da própria SBPC, como de outras entidades que estão à frente de atividades relacionadas à C&T e à educação. Tem sido assim ao longo de toda a sua história. No entanto é fato que a crescente complexidade do sistema nacional de C&T e a demanda cada vez maior e mais exigente de um sistema educacional não somente inclusivo, mas também com qualidade, tem mobilizado a SBPC e entidades correlatas a unirem-se em vários momentos. A parceria com organizações sólidas e coerentes entre si, promove a força e a legitimidade necessária para que obstáculos sejam transpostos.

A Academia Brasileira de Ciências (ABC) é, historicamente, uma das principais parceiras da SBPC, e assim o foi durante os últimos dois anos. Várias ações foram realizadas em conjunto pelas duas entidades, como a luta pela

aplicação dos royalties do petróleo e do pré-sal na educação e na C&T, o novo Código Florestal Brasileiro, a preservação do orçamento para CT&I, as cotas nas universidades federais, entre outras.

Um momento marcante expresso pela união de forças das entidades que integram o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) foi o manifesto publicado no jornal Folha de S. Paulo, em 20 de março de 2012, em defesa da manutenção dos recursos alocados naquele ano ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que corriam risco de redução. A SBPC e a ABC tomaram a iniciativa de tornar público o posicionamento dos representantes da sociedade civil no CCT, que aderiram ao manifesto.

Assinaram o manifesto: SBPC; ABC; Anpei (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras); CNI (Confederação Nacional das Indústrias); FIEB, FIEMG, FIEPR, FIRJAN, e FIESP (Federação das Indústrias dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo); e a Protec (Sociedade Brasileira Pró Inovação Tecnológica).

Em 13 de setembro de 2012 a SBPC e diversas outras entidades participaram de audiência no Ministério do Meio Ambiente (MMA) para entrega de carta contendo o resultado do processo “Diálogos sobre Biodiversidade” com 20 metas definidas por meio de um amplo processo de consulta e de negociação entre diversos segmentos da sociedade. O documento resultou da iniciativa lançada pelo MMA e demais parceiros denominada “Diálogos sobre Biodiversidade: construindo a estratégia brasileira para 2020” com o principal objetivo de construir de forma participativa as metas nacionais relacionadas ao Plano Estratégico da Convenção sobre Diversidade Biológica para 2020.

Outros parceiros importantes da SBPC são: Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor) da UNICAMP; Fapesp; Fundação Conrado Wessel; Fundação Padre

Anchieta; Fundação Peter Muranyi; e Instituto Ciência Hoje (ICH).

A SBPC também atua por meio da constituição própria de comissões e grupos de trabalho para a análise e o estudo mais aprofundado de assuntos específicos mais complexos. Exemplo nesse período foi o Grupo de Trabalho sobre o Código Florestal Brasileiro, novamente em parceria com a Academia Brasileira de Ciências (ABC), que resultou na publicação dos dois livros intitulados “O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo”.

Durante o período em análise a SBPC participou ativamente do Grupo de Estudos sobre o Aborto (GEA), com a finalidade de elaborar documento com argumentação científica sobre a interrupção de gravidez em casos de anencefalia, entre outros aspectos de saúde.

Publicações



Capa do livro "Código Florestal e a Ciência: Contribuições para o Diálogo"



Capa do livro "Leituras Indispensáveis", Vol. 3

O registro das atividades realizadas pela SBPC é veiculado a diversos públicos por meio das publicações periódicas mantidas pela entidade. Além da divulgação de suas ações, a SBPC mantém uma revista científica, e publica livros de autoria de cientistas e pesquisadores brasileiros.

Site institucional

Para a divulgação de suas atividades cotidianas a SBPC publica notícias, artigos, manifestos e outros conteúdos no site www.sbpcnet.org.br. Desde o início de 2013 o site passou por uma grande reformulação gráfica e de conteúdo com o objetivo de tornar-se um portal onde os diversos conteúdos tenham espaços mais claros e definidos, facilitando a navegação e a busca dos temas de interesse. Foram criados espaços específicos para informações sobre a atuação da SBPC no Congresso Nacional, destaques para os eventos e publicações, acesso ao acervo histórico (em fase de implantação), vídeos no Canal

SBPC do YouTube, informes sobre carreiras e oportunidades no meio científico e acadêmico, e conteúdos específicos para educadores e estudantes. Com a nova configuração do site será também possível ampliar o espaço para divulgação de notícias das sociedades científicas associadas. O novo portal estará na Internet a partir de outubro de 2013.

Jornal da Ciência e JC-Email

O Jornal da Ciência é uma publicação quinzenal da SBPC que trata com mais profundidade de temas de ciência, tecnologia e educação, por meio de reportagens, artigos e entrevistas. Atualmente a publicação está sendo produzida em formato digital e pode ser acessada no site www.jornaldaciencia.org.br. Esse mesmo site abriga o clipping de notícias de C&T, educação, e políticas públicas de CT&I, produzido diariamente pela SBPC. As duas publicações são enviadas por e-mail para milhares de assinantes no Brasil e no Exterior.

Ciência e Cultura

Criada em 1949, um ano depois da fundação da SBPC, a revista *Ciência e Cultura* tem linha editorial que visa contribuir para o debate dos grandes temas científicos da atualidade, e atrair a atenção, principalmente das novas gerações de pesquisadores/pensadores em formação, para uma reflexão continuada e sistemática sobre tais temas.

De periodicidade trimestral, seu espaço editorial é dividido em quatro áreas: Núcleo temático, onde são publicados artigos com diferentes enfoques sobre um tema específico; Artigos e ensaios, focados em temas da atualidade científica; Notícias, que fornece uma visão abrangente do que vai pelo mundo no universo da ciência e cultura; e Expressões culturais, com artigos, críticas, reportagens sobre tendências em literatura, teatro, cinema, artes plásticas, música, televisão, novas mídias, etc. Atualmente a publicação é produzida em parceria com o Laboratório de Estudos Avançados de Jornalismo (Labjor) da Unicamp. A revista pode ser acessada em:

<http://cienciaecultura.bvs.br>

Livros

A SBPC publica livros produzidos por representantes da própria entidade, ou por cientistas e pesquisadores brasileiros de renome. Também são publicados livros que resultam de trabalhos realizados por grupos temáticos, como foi o caso no período deste relatório da segunda edição de “O Código Florestal e a Ciência: Contribuições para o Diálogo”, em parceria com a Academia Brasileira de Ciências (ABC). O livro, também publicado em inglês, está disponível no site da SBPC.

No primeiro semestre de 2013 a SBPC publicou o livro “Leituras Indispensáveis”, organizado por Aziz Ab’Saber, com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O livro é o terceiro volume de uma série iniciada pelo professor Aziz em 2008 com a coletânea de textos sobre questões sócio ambientais, escritos por conceituados pensadores e pesquisadores brasileiros da atualidade.



Presença nos meios de comunicação

*Jornalistas na entrevista coletiva de avaliação da 64ª Reunião Anual – São Luís, MA, 27 de julho de 2012
(Foto: UFMA, divulgação)*

As Reuniões Anuais atraem os veículos de comunicação nacionais e regionais, tornando a SBPC conhecida na região onde ocorrem os encontros.

A repercussão do trabalho da SBPC nos veículos de comunicação tem sido constante na história da entidade, que procura manter um relacionamento bastante próximo com veículos de comunicação de massa, sobretudo com as editorias de ciência e tecnologia, e com veículos institucionais produzidos por organizações públicas ou privadas. Esse relacionamento é tanto pró ativo, com o fornecimento rotineiro de notícias para a imprensa, como no atendimento a demandas apresentadas por jornalistas.

O ponto alto de cobertura jornalística das atividades da SBPC acontece sobretudo durante as reuniões anuais promovidas pela entidade. De fato, durante a 63ª Reunião Anual, realizada em Goiânia em julho de 2011,

foram registrados cerca de 1000 inserções de notícias sobre a Reunião em veículos impressos, TVs e rádios, e sites de portais na Internet. O volume de inserções de notícias durante a 64ª Reunião Anual, realizada em São Luís, em julho de 2012, foi bastante próximo da anterior. Um aspecto importante a ser salientado, é que nesses momentos as ações da SBPC tornam-se bastante conhecidas na região onde ocorre o encontro, pois a cobertura jornalística local é bastante expressiva devido à relevância das conferências, seminários, palestras e eventos paralelos que acontecem na Reunião.

A presidência da SBPC é procurada com frequência para dar entrevistas sobre temas onde a atuação da entidade tem se destacado,



Helena Nader e a escritora de ciência Elizabeth Gibney, da Times Higher Education – THE – São Paulo, outubro de 2012 (Foto: SBPC, divulgação)

como o novo Código Florestal, a carreira dos docentes de instituições federais, os royalties do petróleo para a educação, ciência e tecnologia, as cotas nas universidades públicas, entre outros.

A SBPC também é procurada pela imprensa internacional. Em uma dessas oportunidades, em outubro de 2012, a presidente Helena

Nader concedeu entrevista à publicação inglesa The Times Higher Education (THE), que promove e divulga o ranking das melhores universidades do mundo. Posteriormente, a revista publicou uma reportagem especial de capa, falando sobre a evolução da ciência, tecnologia e inovação, e também sobre educação, universidades, e pós-graduação no Brasil.

Gestão financeira

Os recursos para manutenção das atividades da SBPC são oriundos das anuidades pagas pelos sócios, das inscrições nas reuniões anuais e demais eventos, e de convênios mantidos com órgãos públicos como a Finep e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a Capes.

Anualmente a diretoria da SBPC produz o balanço patrimonial da entidade, que é avaliado por auditoria externa. Posteriormente, as contas são analisadas pela Comissão de Finanças. Após essa análise as contas são submetidas à apreciação do Conselho da SBPC e, por último, devem ser

aprovadas pela Assembleia Geral da entidade, que é realizada durante as reuniões anuais.

Para atender ao disposto na Lei no. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, a SBPC publica no site institucional documentos relativos à prestação de contas dos recursos que administra. As informações relativas às finanças da SBPC referentes ao último exercício (2012 – 2013) podem ser consultadas nos seguintes documentos: Balanço Patrimonial; Relatório da Auditoria; e Relatório da Comissão de Finanças.

Galeria

Imagens de alguns momentos da SBPC



Sessão solene de abertura da 64ª Reunião Anual, São Luís, julho de 2012 (Foto: Divulgação)



Entrada da Sessão de Pôsteres na 63ª Reunião Anual, Goiânia, julho de 2011 (Foto: Divulgação)



Estudantes da Universidade Federal do Maranhão visitam exposições da SBPC Jovem, na 64ª Reunião (Foto: Antonio Cruz/ABr)



Feira de arte e artesanato durante a 64ª Reunião Anual, São Luís, julho de 2012 (Foto: Divulgação)



Estande da SBPC no Armazém Pop Ciência na Rio+20, em junho de 2012 (Foto: Divulgação)



EXPO T&C durante a 63ª Reunião Anual da SBPC (Foto: Antonio Cruz/ABr)



Bloco de carnaval organizado pela Secretaria Regional da SBPC em Pernambuco, fevereiro de 2013 (Foto: Divulgação)



Jovens visitam estandes na ExpoT&C na 63ª Reunião Anual, Goiânia, julho de 2011 (Foto: Divulgação)



Folclore maranhense na abertura da 64ª Reunião Anual da SBPC – São Luís, julho de 2012 (Foto: Divulgação)



O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, e a presidenta da SBPC, Helena Nader, participam da solenidade de abertura da 63ª RA (Foto: Antonio Cruz/ABr)



O vice-presidente da SBPC, Ennio Candotti (dir.) e o secretário executivo do MCT&I, Luiz Antonio Rodrigues Elias, durante reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. (Foto: Divulgação)



No pavilhão da ExpoT&C na 64ª Reunião Anual da SBPC, a professora Alessandra Gomes Guimarães, de Tefé, no Amazonas, expõe sua invenção, um café da castanha do coco do Tucumã. Na foto, ela oferece às pessoas para sentirem o sabor e aroma (Foto: Antonio Cruz/ABr)



Presidente da Câmara Federal, dep. Marco Maia, recebe Helena Bociani Nader com a presença do Deputado Ivan Valente(PSOL-SP) e convidados no dia 25/04/11 (Foto: Divulgação)



Rafael Lucchesi (CNI), dep. Newton Lima (PT-SP), ministro Aloizio Mercadante, Helena Nader, Jacob Palis (presidente da ABC), sen. Rodrigo Rollemberg, João Luiz Martins (presidente da Andifes) - 29.09.11 (Foto: Divulgação)



SBPC proporciona uma semana de novidades e descobertas para estudantes e professores de Alcântara (MA), durante as atividades da Reunião Regional da SBPC (Foto: Divulgação)



O ministro da C&T, Aloizio Mercadante, na abertura da 63ª reunião da SBPC (Foto: Antonio Cruz/ABr)



Reunião com as sociedades científicas associadas (Foto: Divulgação)



Mostra de pôsteres durante a 64ª Reunião Anual, São Luís, julho de 2012 (Foto: Divulgação)



O Nobel de Química Daniel Shechtman (esq.) e o reitor da UFMA, Natalino Salgado Fo., na SBPC Jovem, julho de 2012 (Foto: Divulgação)

Relatório de Atividades SBPC - 2011-2013

Projeto editorial, pesquisa e textos

Fabíola de Oliveira

Colaboradores

Beatriz de Bulhões Mossri

Eunice Personini

Fernanda Rodrigues de Albuquerque

Léa Gomes de Oliveira

Design gráfico

Pontocomm

Kátia Hiromi Kanashiro

Luiz J. C. Abreu



Sociedade
Brasileira para o
Progresso da
Ciência

Sede SBPC:

Rua Maria Antonia 294 - 4º andar, Vila Buarque
CEP: 01222-010, São Paulo, SP
Telefone: (11) 3259-2766

Unidade Administrativa:

Rua da Consolação 881, 5º andar, Bairro Consolação
CEP: 01301-000, São Paulo, SP
Telefone: (11) 3355.2130

www.sbpcnet.org.br